

ENTRE A MORTE DE D. JOSÉ E A 1.^a INVASÃO FRANCESA – QUE CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL?¹



Carlos Manuel Mendes Dias ()*
Tenente Coronel de Artilharia

1. Introdução

- a. No início deste trabalho e porque estamos a tratar da área científica “A evolução do Conceito Estratégico Nacional”, é quase obrigatório referir o que poderemos chamar de finalidade geral, à luz dos nossos dias, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN): definir os aspectos fundamentais da estratégia global adoptada pelo Estado, para a consecução dos objectivos da política de segurança e Defesa Nacional². O mesmo documento clarifica sobre a existência de componentes não militares na política de defesa nacional, evitando assim a colagem directa do entendimento de defesa nacional a somente defesa militar.
- b. Por outro lado, também se torna oportuna uma breve referência aos Fins Nacionais/Objectivos Nacionais e estabelecer a sua relação com a designação de Conceito Estratégico. Quando os grupos sociais se inserem na comunidade³, surgem os chamados Interesses Nacionais, que são como que aspirações

(*) Docente na Academia Militar das disciplinas de Geopolítica e de elementos de Estratégia. Membro efectivo do CINAMIL (Centro de Investigação da Academia Militar).

¹ Adaptação do trabalho efectuado no âmbito do curso especializado conducente ao mestrado em estratégia, (ISCSP) na área científica *Evolução do Conceito Estratégico Nacional*, da responsabilidade do TEN GEN José Eduardo Garcia Leandro.

² Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2003 – Aprova o conceito estratégico de defesa nacional.

³ Com interesses sociais ou de grupos sociais, decorrentes de aspirações ou interesses individuais das pessoas inseridos, depois, na vida social.

universais, como o desenvolvimento, a segurança e a justiça^{4 5 6}. Cabe à Política, de facto, definir como estes *objectivos últimos* devem ser alcançados⁷. Os objectivos/fins nacionais (objectivos políticos) são como que um estágio inferior ao das aspirações universais, ou seja, a particularização de metas, com a garantia da aproximação à consecução dos interesses nacionais; são estes que movem a condução da política de defesa nacional⁸, sendo permanentes⁹ e independentes da “cor” política. Podemos encontrar estes objectivos no CEDN em “4 - Os valores permanentes da defesa nacional”¹⁰.

c. Importa agora, até porque é mais fácil e lógico, do nosso ponto de vista, enquadrar o **papel da estratégia** no seu nível mais elevado; para isso, vamos recorrer ao critério de classificação dos objectivos políticos quanto ao prazo de consecução, para chegarmos aos objectivos políticos actuais que devem traduzir os “aspectos fundamentais da estratégia global do estado”¹¹, verdadeiras linhas de acção que não são mais, que as orientações a serem seguidas (estratégias de acção) de forma a cumprirem-se os objectivos mencionados. Na busca da linha orientadora do nosso pensamento, resta-nos dizer que estes constituem--se como etapas a cumprir e que materializam a forma como poderão ser alcançados os **objectivos últimos**¹². Assim, a responsabilidade da sua definição cabe à Política. Para os estabelecermos, torna-se necessário procurar um caminho de fundamentação e de análise, em que se relevam considerações de “*natureza subjectiva*”¹³, de “*ordem objectiva*”¹⁴ e outras resultantes do “*quadro institucional*”¹⁵, em que o primeiro “output” é o estabelecimento **de objectivos**

⁴ Almirante Quesada Andrade, na sessão do dia 12 de Novembro de 2001 aos alunos do mestrado de estratégia no ISCSF.

⁵ Finalidades de toda a unidade política: *objectivos últimos* do General Cabral Couto, Elementos de Estratégia, pág. 307.

⁶ Loureiro dos Santos em *Incursoes no domínio da Estratégia*, pág. 45, aborda esta questão da seguinte maneira: Aspirações Universais são aquilo que um Estado-Nação poderá pretender e incluem aspectos realistas e aspectos utópicos; os Objectivos Nacionais traduzem aquilo que se procura atingir, devendo integrar, em princípio, somente aspectos realistas (com o pressuposto da sua correcta formulação). Os Interesses Nacionais devem ser entendidos como aquilo que se pretende salvaguardar.

⁷ Cabral Couto, Elementos de Estratégia, pág. 307.

⁸ Almirante Quesada Andrade, na sessão do dia 12 de Novembro de 2001 aos alunos do mestrado de estratégia no ISCSF.

⁹ Classificação dos objectivos políticos quanto ao grau de permanência: permanentes ou conjunturais.

¹⁰ Garantir a independência nacional, a integridade do território,..., etc.

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 – “4 - Os valores permanentes de defesa nacional”

¹² Considerar a nota de rodapé nº 5.

¹³ General Cabral Couto, Elementos de Estratégia, pág. 307.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, pág. 307.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 307-308.

políticos longínquos¹⁶. Estes, considerando também o quadro situacional vigente e as nossas próprias possibilidades, são decompostos em objectivos mais modestos, os **objectivos políticos concretos actuais** e “*nos quais se deve incluir a orientação da evolução daquelas mesmas possibilidades no sentido de se poderem atingir os objectivos longínquos*”¹⁷.

Importa agora responder à questão: então onde entra a estratégia? Bem, no processo de análise que nos leva à definição dos objectivos políticos concretos actuais, integram-se as considerações de ordem objectiva. Estas relevam de uma análise da situação política, domínio da ciência política, que recebe a colaboração da estratégia, como sua disciplina e ciência informadora, cooperando com a política na definição de objectivos. Os gabinetes estratégicos fornecem então à política os seus estudos e conclusões e esta, estabelece os seus objectivos políticos, entre os quais figuram os estratégicos¹⁸, em rigor, aqueles que são susceptíveis de levantar uma hostilidade ou que se destinam a frustrar os objectivos de uma vontade política adversa – “*objectivos estratégicos básicos, que vêm materializar a missão estratégica ao nível da estratégia total.*”¹⁹ ²⁰ ²¹ ²². Por outro lado, ainda como ciência, a estratégia concebe meios, define necessidades e indica qual (ais) o (s) melhor (res) caminhos para se atingirem os resultados pretendidos. Com esta última reflexão e não esquecendo também o seu papel de “informadora”, chegamos à compreensão e justificação da afirmação: “*no nível mais alto, há como que uma junção entre a alta política e a estratégia integral ou global*”²³, embora não devam ser confundidas²⁴.

¹⁶ Idem Ibidem, pág. 308.

¹⁷ Idem, Ibidem, pág. 308.

¹⁸ General Cabral Couto, na sessão do dia 16 de Janeiro de 2002, ministrada aos alunos do mestrado de estratégia no ISCSP; objectivos políticos longínquos que “caiem” no domínio da estratégia e justificativos da existência de um Conceito Estratégico Nacional.

¹⁹ General Cabral Couto, Elementos de Estratégia, pág. 326.

²⁰ Estratégia total/global/integral, conforme os autores.

²¹ “*É necessário ter em atenção que podem surgir como « estratégicos » determinados objectivos aparentemente fora do campo da estratégia, mas que podem ser ditados por esta no seu papel de informadora da política*”, General Cabral Couto, Elementos de Estratégia, pág. 327.

²² Tal como já visto quanto aos objectivos políticos na generalidade, necessitam de ser decompostos, resultando assim a definição dos objectivos estratégicos intermédios.

²³ General Garcia Leandro, na sessão do dia 19 de Novembro de 2001 ministrada aos alunos do mestrado de estratégia no ISCSP.

²⁴ Até porque no nosso entendimento e no que respeita às enquadrantes da estratégia, a política situa-se num patamar superior.

- d. O trabalho que nos propusemos elaborar tem uma dupla finalidade: definir os objectivos políticos que se procuraram atingir à altura, para depois buscar a sua materialização nas diferentes estratégias, quer consideradas quanto às formas de coacção ²⁵, quer consideradas quanto à preparação e utilização da força ²⁶. Se esta finalidade for atingida, podemos no final concluir sobre a caracterização e existência de aspectos fundamentais definidos, dos quais podemos inferir a adopção, por parte de Portugal, de uma estratégia integral para a consecução dos objectivos determinados. É nesta moldura que deve ser “encaixilhada” a pergunta título deste trabalho.
- e. Para cumprir com a finalidade exposta no subparágrafo anterior surgia-nos, de imediato, duas opções: ou efectuar este esforço intelectual, enchendo-o com uma história da História, para depois concluir, ou então, explicitar factos ou acontecimentos, “arrumando-os” logo de acordo com os objectivos a que nos propusemos, sintetizando em conclusões parciais, para rematarmos para as conclusões finais. Optámos pela 2.ª modalidade de acção, sobretudo, pela vantagem obtida, pensamos nós, no que respeita a objectividade. Iremos assim visitar a História, na busca de factos, de acontecimentos concretos que se possam constituir como caracterizadores de determinada concepção estratégica procurando, simultaneamente, a coerência que nos permita chegar à luz dos objectivos políticos (político/estratégicos) que se procuravam atingir e que, obviamente, estariam definidos à anteriori.
- f. O período histórico em questão, sucede à morte de D. José I e integra os reinados de D. Maria I e de D. João VI, finalizando na 1.ª invasão francesa com Junot ²⁷. Do ponto de vista geopolítico/geoestratégico, o referido espaço temporal caracterizou-se pelo confronto entre as potências Inglaterra (potência marítima) e França (potência continental) com os consequentes reflexos em Portugal. Noutra enquadrante, outros acontecimentos marcaram a época e, por consequência, o nosso país, tais como a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos da América, para além da 1.ª Revolução Industrial, objecto também de uma breve referência.
- g. Assim sendo, para além desta introdução, iremos percorrer, mais quatro capítulos, iniciando com um enquadramento internacional da época, ele próprio também

²⁵ Divisão em estratégia geral, estratégias gerais e estratégias particulares.

²⁶ Estratégias genética, estrutural e operacional.

²⁷ Relacione-se a fuga da corte para o Brasil, com o objectivo político na actualidade, de “garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania...” expresso no Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

fundamento explicativo de acontecimentos e definidor de tendências evolutivas, seguindo viagem pela análise das diferentes linhas de acção prosseguidas, procurando a sua materialização pela identificação de factos concretos, para tentar particularizar no final os objectivos políticos que se procurariam atingir e culminar com as obrigatórias conclusões, configurando as diferentes estratégias, não esquecendo de dar resposta à pergunta de partida, simultaneamente, problema a investigar: Entre a morte de D. José I e a 1.^a invasão francesa – que Conceito Estratégico Nacional?

2. Enquadramento internacional

a. *O período de 1757 a 1763*

Importa referir, embora de forma extremamente sintética, o espaço temporal em questão, marcado pelo curso da “Guerra dos Sete Anos”. A menção justifica-se, do nosso ponto de vista, porque o confronto e o posicionamento dos diferentes Estados, definiram ou estabeleceram matrizes de comportamento nos anos que se seguiram.

A Inglaterra assumia-se como potência marítima, materializando a designação por um crescente domínio do Oceano Atlântico²⁸. Considerando este quadro, a potência continental França procurou fazer frente ao “toureiro” inglês, integrando uma aliança constituída também pela Áustria, Suécia, Rússia, Espanha²⁹ e os principais Estados Alemães³⁰ (Tratado de Versalhes). A Inglaterra não se encontrava sozinha, possuindo como aliada a Prússia (acordo de Westminster³¹). Como explicita o Tenente-Coronel João Vieira Borges: “*Era o início da Guerra dos Sete Anos, pela disputa de espaços e mercados ultramarinos entre a França e a Inglaterra...e que viria a decorrer na Europa Central, no Mediterrâneo e mesmo no Atlântico (com especial ênfase para a disputa de vastos territórios no continente americano)*”^{32 33}.

Portugal, amarrado necessariamente ao factor físico e nomeadamente à sua

²⁸ Aproveitando a debilidade francesa, dados os seus compromissos na Europa; relevam-se, por decisivas e já no final da Guerra, as derrotas da frota francesa na baía de Quiberon (França) e em Lagos (Portugal), no ano de 1759.

²⁹ Atente-se no posicionamento continental da Espanha.

³⁰ Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII*, pág. 30.

³¹ Idem, *Ibidem*, pág. 30.

³² João Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII*, pág.30.

³³ Situação que, de facto, se constituía como uma ameaça para Portugal e que, mereceria que nos precavêssemos, por forma a minimizarmos riscos.

localização geográfica e ao factor estruturas, sobretudo com a existência e a importância dos seus portos^{34 35}, viu-se envolvido na guerra já no seu final (1762)³⁶ e numa aliança com a Inglaterra; releve-se a presença de esquadras inglesas nas costas portuguesas. Contrapondo, referência obrigatória para a assinatura do Pacto de Família no ano de 1761, “entre os membros da família Bourbon, comprometendo-se a entrar a partir de 1-V do ano seguinte, do lado franco-austriaco contra a Grã-Bretanha, ameaçando Portugal.”³⁷.

De facto, a manutenção de uma postura de neutralidade, procurada desde o início do conflito, tornou-se insustentável, quando foi posta à prova, reiterando uma realidade também ela histórica: só é neutral ou pode ser neutral, quem tem capacidade para tal^{38 39}. Bastou uma batalha naval entre os ingleses e os franceses em águas territoriais portuguesas⁴⁰ e as consequentes vantagens que os nossos portos ofereciam aos ingleses⁴¹, para que a nossa tentativa saísse frustrada.

Por outro lado, também parece fácil aceitar que Portugal, dada a sua

³⁴ Loureiro dos Santos, *Como defender Portugal*, pág. 26.

³⁵ Acrescente-se que a França desejava, também, um acordo de comércio que lhe desse situação semelhante à da Inglaterra no comércio com o Brasil; General Garcia Leandro, apontamentos distribuídos (pág. 77) aos alunos do mestrado de estratégia no ISCSP, na sessão de 04 de Março de 2002

³⁶ “No início da guerra, o Exército tinha cerca de 8000 homens de 1ª linha nas fronteiras portuguesas, que constituíam o Corpo de Manobra e aproximadamente 25000 auxiliares e ordenanças, que só poderiam ser empregues na guarnição das praças.”, Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII*, pág. 43; de acordo com Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, pp. 475 e 476 “o conde de Lippe, nomeado marechal-general do exército português, concentrava em vários pontos as tropas anglo portuguesas de que podia dispor: - 7 a 8:000 soldados ingleses, 7 a 8:000 soldados portugueses, um total de 15:000 homens (tropas de 1ª linha) e cerca de 20:000 homens de auxiliares e ordenanças que só podiam ser empregados na guarnição das praças. Com essa gente foi organizado um exército de manobra (15:000 homens de 1ª linha) e um exército de guarnição (25:000 homens de auxiliares e ordenanças).”

³⁷ General Pedro Cardoso, *Cronologia Geral*, pág. 294.

³⁸ Alguma liberdade de acção proporcionada pela localização de Portugal e pelos seus portos, não é suficiente, por si só, para sustentar a nossa postura, aquando da radicalização das posições das potências.

³⁹ No quadro de um programa de renovação da Marinha de Guerra Portuguesa “com construções em estaleiros da Metrópole, do Brasil e da Índia e encomendas em estaleiros portugueses”, a Marinha ficou dotada “com 23 naus e fragatas, mas não foi suficiente para impedir a violação impune da nossa neutralidade na batalha naval de Lagos entre ingleses e franceses em 18-19 de Agosto de 1759, durante a Guerra dos Sete Anos”, Rodrigues Pereira, *A marinha portuguesa nos conflitos europeus dos séculos XVII a XX*, pág. 77.

⁴⁰ Batalha de Lagos, referenciada na nota de rodapé n.º 39 por Rodrigues Pereira.

⁴¹ Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. II, pág. 356.

localização no continente e a dos seus territórios⁴², assumiria uma importância que à primeira vista não seria de admitir, pelo menos do ponto de vista da sua massa crítica⁴³.

Cabe nesta altura destacar o Conde de Lippe⁴⁴ e o seu papel importante na reorganização das nossas forças^{45 46}, que nos permitiu evitar a invasão por forças espanholas, derrotando-as; releve-se também o recrutamento de contingentes ingleses⁴⁷ e de mercenários suíços⁴⁸. Por outro lado, o Conde ao instalar o seu Quartel-General em Abrantes, “perto do qual estavam 7000 homens, defendendo o Baixo Zêzere com 6 batalhões e, a partir desta área central, levando a efeito operações de cobertura nas Beiras e Alentejo”⁴⁹, confirma o triângulo Tomar-Abrantes-Santarém, como zona de expectativa estratégica⁵⁰.

Lisboa materializa-se como objectivo decisivo, cuja “...posse é determinante para o controlo da área portuguesa.”⁵¹; os eixos de aproximação utilizados

⁴² Controlo do Mediterrâneo, da rota do Índico, da foz do rio da Prata e das rotas de acesso à América do Sul.

⁴³ Situação preconizada na teorização do americano Cline, como as excepções, no que se refere às compensações de pontuação, relativas à superfície do território; ver, por exemplo, Cabral Couto, Elementos de Estratégia, pág. 250 ou relembrar a sessão de geopolítica do dia 24/01/02 aos alunos dos mestrados de Relações Internacionais e de Estratégia, ministrada pelo Prof. Catedrático António Marques Bessa.

⁴⁴ Conde Frederico Guilherme Ernesto de Chaumburg e Lippe, nomeado marechal general dos Exércitos, a pedido do Rei da Grã-Bretanha, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII – uma análise estratégica, nota n.º 48, pág. 230.

⁴⁵ Releve-se também que dada a concentração de forças franco-espanholas junto das nossas fronteiras, D. José I deu ordens no sentido de intensificar os preparativos militares, por forma, a estarmos em condições de fazer frente ao invasor. Refira-se, de igual modo, o apoio dado pela Grã-Bretanha a estes preparativos, factualizado pelo envio de “*um socorro em dinheiro e material de guerra*”, João Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, nota n.º 46, pág. 230.

⁴⁶ O Tratado de Paris em 1763 materializou a resolução do problema, após a assinatura do armistício em Novembro de 1762, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 30.

⁴⁷ Revelador da disponibilidade e do interesse da potência marítima; materialização clara, à luz do conhecimento actual, do resultado da adopção, por parte de Portugal, da modalidade de acção estratégica de ameaça directa (aliança clara com a Inglaterra).

⁴⁸ Oliveira Marques, História de Portugal, Vol. II, pág. 356; o General Garcia Leandro na sua sessão de 04/03/02 ministrada aos alunos do mestrado de estratégia no ISCSP refere, nos apontamentos distribuídos (pág. 79), a existência no ano de 1762 de “...2 batalhões suíços.”

⁴⁹ “...desenvolvendo aquilo que passa à História com o nome de *Guerra Fantástica*.”, Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 28.

⁵⁰ Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 28.

⁵¹ Idem, *Ibidem*, pág. 26.

pelos espanhóis foram os de Trás-os-Montes, do vale do Tejo e o do Alentejo⁵². Importa nesta altura destacar que, de acordo com ordens do Marquês de Pombal, chegou a estar preparada uma frota para transportar a Família Real para o Brasil, por forma, certamente, a continuar a assegurar-se a liberdade de acção dos órgãos de soberania.

A guerra utilizando a técnica de guerrilha (“guerra de guerrilhas”), encontrou seu terreno a Norte do Tejo, onde a sua aplicabilidade se revelou mais fácil⁵³. Importa também mencionar o contexto sul-americano⁵⁴, com a ameaça da ocupação espanhola da parte Sul do Brasil, comprometendo com gravidade a posição portuguesa⁵⁵ (situação já referenciada, embora num quadro mais geral, como ameaça).

Ainda relativamente à Guerra dos Sete Anos e procurando alguma ligação e encadeamento com um dos acontecimentos no quadro internacional, passado no momento histórico que se pretende estudar neste trabalho⁵⁶, verificou-se que esta tinha deixado esgotadas as potências envolvidas, obrigando necessariamente a um refrear de ambições, a uma contenção de agressividade e de assunção de riscos, no que à política externa respeita. Apesar de tudo, as clivagens havidas e as matrizes comportamentais mantiveram-se, com as políticas francesa e inglesa de costas voltadas e procurando sempre tirar vantagem de vulnerabilidades encontradas. Estes dois aspectos essenciais, marcaram decisivamente a actuação inglesa face ao problema das suas colónias americanas (1776⁵⁷/1783⁵⁸) e que no fundo nos mostra o quanto é importante a base relativa do Poder. A conjuntura na altura mostrava uma Grã-Bretanha

⁵² Idem, *Ibidem*, pág. 27; Gen Garcia Leandro, apontamentos distribuídos aos alunos do mestrado de estratégia no ISCSP, na sessão do dia 04/03/02.

⁵³ “A guerrilha teve um papel notável: na área transmontana, contra o General O’Reilly, *durante a guerra dos Sete Anos, impedindo a sua progressão para o interior de Portugal e forçando-o a retirar.*”, Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 28.

⁵⁴ Quanto ao Atlântico Sul em geral, a França, a Espanha e a Inglaterra configuravam-se como potenciais adversários de Portugal na defesa dos seus interesses, quer comerciais (café, escravos, ouro e outros), quer de domínio de rotas marítimas importantes, como a rota do Cabo-Índia e a ligação Atlântico-Mediterrâneo.

⁵⁵ Problema resolvido com ajustamento de fronteiras – Tratado do Pardo de 1778 (11 de Março), Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 45.

⁵⁶ Do ponto de vista dum conceito de acção estratégica.

⁵⁷ 04 de Julho – o congresso Norte-Americano emite a declaração da independência, Pedro Cardoso, Cronologia Geral, pág. 296.

⁵⁸ 15 de Fevereiro – reconhecimento por parte de Portugal; neste ano, a Grã-Bretanha também reconhece a independência dos EUA, assim como a Suécia (5 de Fevereiro) e a Espanha (24 de Março).

sozinha, sem o apoio de outros países europeus e portanto, constituindo-se como remuneradora da atenção francesa; por outro lado e cumulativamente, a luta no seu ultramar, a grande distância, continuaria a exigir sacrifícios e esforços, quer do ponto de vista dos recursos humanos ⁵⁹, quer na óptica de recursos materiais e de sustentação. E porque estamos a falar da potência marítima, a sua superioridade quanto à fonte estrutural de Poder que é o mar, não era suficiente para resolver a questão com os colonos revoltados, para além de se confrontar noutra frente, materializada pelas frotas francesa e espanhola.

Em acumulação, o final da Guerra dos Sete Anos, marcado pelo Tratado de Paris (3 de Fevereiro de 1763⁶⁰) assegurava o equilíbrio na Europa: a França tinha sido expulsa do continente americano ⁶¹ ⁶², a Espanha tinha saído derrotada, a Prússia desgastada, não havendo assim condições para a emergência dum poder hegemónico Europeu, marcando-se sim, com clareza, uma bipolaridade, em que os pólos, simultaneamente, “pontas de lança” dos blocos continental e marítimo, eram, respectivamente, a França e a Inglaterra.

b. A independência dos Estados Unidos da América (1775-1783)

(1) Decorria o ano de 1775, quando as colónias britânicas (13) situadas na costa leste da América do Norte iniciaram uma revolta, que teve na sua origem, essencialmente, o seguinte:

- (a) O alargamento da fronteira do Québec, no ano de 1774, até ao Mississipi e Ohio, provocando a hostilidade da Virgínia e da Pensilvânia;
- (b) A decisão por parte de Londres em aumentar os impostos e um agravamento, em geral, do regime fiscal.

A França apoiou os americanos, materializando-se este apoio na celebração de dois tratados de aliança entre os franceses e os americanos ⁶³. No

⁵⁹ Projecção do número de militares suficientes para resolver a situação.

⁶⁰ Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 44.

⁶¹ A França perde para a Grã-Bretanha o Canadá e as terras a Leste do Mississipi; perde de igual forma a Louisiana Ocidental, cedida à Espanha., Atlas da História do Mundo, Selecções do Reader's Digest, pp. 162 e 194.

⁶² Referência ao conflito franco-britânico no teatro do Índia, relevando-se por decisiva, a vitória de Clive em Plassey, que materializou o início da formação do império britânico na Índia, para além da possibilidade de controlo do Golfo de Bengala., Idem, pp. 194 e 195; “a França abandona o Canadá e retira-se da Índia ficando apenas em 5 portos (Pondicheri, Kanikai, Yanon, Mahe, Chandernagor)”, Gen Garcia Leandro, apontamentos distribuídos (pág. 79) aos alunos do mestrado de estratégia no ISCSP na sessão do dia 04/03/02

⁶³ Selecções do Reader's Digest, Atlas da História do Mundo, pág. 194.

ano de 1781, os britânicos foram obrigados a renunciar ao controlo das águas da costa norte-americana, após um ataque pelas forças de coligação francesas, espanholas e holandesas. No ano de 1783, a Grã-Bretanha reconhece a independência dos EUA.

(2) A independência dos Estados Unidos da América trouxe-nos duas grandes resultantes:

(a) A possibilidade de partilha da influência geopolítica no Atlântico Norte ⁶⁴, garantida pelo factor físico (localização) entre dois Estados independentes e até aí, dominada pela Inglaterra que, de facto mantinha a supremacia naval, estando no entanto criadas algumas condições para “não estar sozinha”. Por outro lado, a potência continental reassumia o domínio de algumas posições coloniais ⁶⁵ e ganhava com o enfraquecimento do “toureiro”, quer do ponto de vista geopolítico/geoestratégico, quer até do ponto de vista do prestígio internacional. De facto, também no contexto da centralidade do sistema político internacional, este deixou de ter o seu centro na Europa ⁶⁶.

(b) Quanto à Grã-Bretanha, a perda da colónia do outro lado do Atlântico constituiu-se de facto como uma derrota⁶⁷ mas teve, na nossa opinião, duas vantagens: amortecer os efeitos duma limitada unidade da Europa contra si, que “esquecia” os franceses, principais instigadores da mesma e poupar nos recursos necessários, de todo o tipo, destacando-se os humanos (militares) à sustentação e/ou imposição da lógica imperial⁶⁸.

c. *A 1.ª revolução industrial (1740-1820)*

Em simultâneo com os acontecimentos atrás resumidos, a primeira revolução industrial também vinha marcando a actualidade e materializando de alguma forma o domínio dos britânicos, bem demonstrado pelas “ferramentas” por

⁶⁴ Parte importante do que mais tarde viria a ser o Midland Ocean de Mackinder, na sua teoria de 1943.

⁶⁵ João Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 4.

⁶⁶ João Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*, pág. 32.

⁶⁷ Incluindo na vertente da política interna.

⁶⁸ De acordo com Vieira Borges seriam necessários “*mais 150.000 soldados para impor um novo governo imperial*”, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 3.

eles criadas, das quais é exemplo a adaptação da máquina a vapor à navegação. A realidade expressa, também era resultante da sua evolução num conjunto de outros elementos ou condições, tais como, e aproveitando uma sistematização dos factores geopolíticos/geoestratégicos⁶⁹, os factores circulação (meios de comunicação fluvial, excelentes portos para a época), e recursos, destacando-se os minérios.

No que respeita à França e decorrente, sobretudo, dos problemas internos que entretanto tinham germinado, não conseguia acompanhar o outro pólo, do ponto de vista tecnológico, embora tenha havido excepções, como seja o 1.º veículo accionado a vapor⁷⁰.

De qualquer forma e num quadro geral, a 1.ª revolução industrial veio permitir a produção em larga escala, incluindo a do armamento. Cabe aqui mencionar também, que a visão internacional sobre o que era uma potência começou a sofrer uma evolução: duma visão dominada sobretudo pela capacidade militar, passámos para um espectro um pouco mais alargado, em que a produção industrial se começava a configurar como aspecto importante do Poder de um Estado, embora à luz do que chamamos hoje de estratégias gerais e das relações que se estabelecem entre si, diríamos que a estratégia económica trabalhava essencialmente, em prol da estratégia militar, situação que se iria manter, inclusive, até ao primeiro grande conflito do século XX – a 1.ª Guerra Mundial.

d. A revolução francesa (1789-1799)

No sentido de manter um fio condutor do nosso pensamento e antes de entrarmos no ano de 1789, resumiríamos que a França e a Inglaterra mantinham-se como rivais. A Grã-Bretanha aumentou as suas exportações e desenvolveu a sua marinha mercante⁷¹, graças sobretudo aos mercados americano e indiano. Por outro lado e no sentido de ganhar apoios “em

⁶⁹ “Conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à Política e à Estratégia.”, in ME 71-00-08, Elementos de análise geopolítica e geoestratégica, Instituto de Altos Estudos Militares, pág. 17.

⁷⁰ Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII, pág. 31.

⁷¹ “Entre 1782 e 1788, a Marinha comercial britânica mais do que duplicou, devido à expansão do mercado americano e da Índia.”, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII, pág. 32.

terra”, os ingleses foram adoptando uma política de coligações e alianças, procurando evitar sempre uma hegemonia francesa consolidada, que lhe permitisse a seguir vir à procura, também, do mar.

No contexto do Oceano Atlântico, verificamos nesta altura, que os seus pontos de apoio fundamentais eram dominados por quatro Estados: Portugal, Espanha, Inglaterra e França.

No ano de 1789⁷² e na sequência de querelas internas que se vinham mantendo, a política francesa originou um movimento de cariz revolucionário – a revolução francesa.

Após 09 de Agosto de 1792, que ficou na História devido à morte de 2000 pessoas nas Tulherias⁷³, foi proclamada a República⁷⁴, com a consequente destituição do rei Luís XVI⁷⁵.

Por outro lado, os desaires militares das tropas francesas nas suas fronteiras, consubstancia-se como mais um argumento que justifica a execução de 1000 pessoas que se encontravam presas em Paris⁷⁶.

Apesar da situação, a França ultrapassou os diferentes obstáculos, destacando-se para o seu êxito, as seguintes razões:

- (1) As ideias da “justiça dos povos”, da conquista da liberdade, que sustentavam o espírito revolucionário, inflamando de entusiasmo e de moral os homens da “Nação em armas” (a importância da estratégia psicológica, através da utilização de sofismas ideológicos); realce-se que o serviço militar era obrigatório, não sendo objecto de qualquer remuneração^{77 78};

⁷² “*Abertura solene dos Estados Gerais (5-V)*”, Pedro Cardoso, *Cronologia Geral*, pág. 298. Tomada da Bastilha pela plebe de Paris.

⁷³ Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII*, pág. 33.

⁷⁴ 10 de Agosto de 1792; Idem, *Ibidem*, pág. 33.

⁷⁵ Preso e executado no dia 21 de Janeiro de 1793, DUBY, *Atlas Historique*, pág. 126.

⁷⁶ Setembro de 1792., Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 5.

⁷⁷ “*Durante o Inverno de 1792/93, a Convenção Nacional debatendo-se com falta de voluntários votou o recrutamento de 300000 homens.*”, O’Connell, *História da Guerra*, pág. 211. Este recrutamento “*provocou a grande insurreição de Vendeia, a oeste de França (os habitantes de Vendeia, realistas e sobretudo católicos arrebatados, não suportavam a ideia, inovada em todo o lado, de serem mobilizados para uma causa que não apoiavam). O recrutamento em massa de Agosto de 1793 constitui o prelúdio das nossas mobilizações gerais do século XIX.*”, Duroselle, *História da Europa*, pág. 254.

⁷⁸ Serviço militar obrigatório a partir de 1798, Idem, *Ibidem*, pág. 254

- (2) Organização do Exército⁷⁹ em divisões⁸⁰;
- (3) A logística baseada na utilização dos recursos locais, aliviando os Exércitos de peso e ganhando mobilidade;
- (4) O aumento da cadência de marcha de 80 para 120 passos por minuto^{81 82}

Continuando a percorrer a revolução, constatamos que os franceses detêm a invasão prussiana em Valmy (Setembro de 1792), ocupam Sabóia e avançam de seguida para a Bélgica, ocupando-a e anexando-a (Jemmapes⁸³ – Novembro de 1792), situação inaceitável para as monarquias europeias. Perante os factos, a Inglaterra e a Holanda sentem-se ameaçadas e reagem, juntamente com a Espanha e com Portugal; estamos nos Pirenéus (coligação de potências contra a França – campanha do Rossilhão)⁸⁴.

Então, no ano seguinte (1793), a recém proclamada República vivia momentos difíceis:

Tinha o exército prussiano em Mayence; os austríacos em Valenciennes; as tropas inglesas posicionadas em Dunquerque e em Toulon, confrontava-se com a coligação ibérica no Rossilhão e ainda havia um exército rebelde normando, pronto a progredir na direcção de Paris⁸⁵.

⁷⁹ Em Julho de 1793 com cerca de 650000 homens., Vieira Borges, *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII*, pág. 34.

⁸⁰ “*Pela primeira vez, as tropas foram também organizadas em divisões, compostas a partir da ideia de unidades relativamente pequenas (uns doze homens) e abrangendo as três armas (infantaria, cavalaria e artilharia), tornando-se desse modo aptos a executar operações independentes.*”, O’Connel, *História da Guerra*, pág. 212, referenciando Ropp, *War in the Modern World*, 84 e Rothenberg, *The Art of War in the Age of Napoleon*, 23.

⁸¹ Loureiro dos Santos, *Apontamentos de História para militares*, pág. 119.

⁸² As tropas eram instruídas na concentração em colunas, os seus movimentos protegidos por um destacamento de bons atiradores avançados e fortes barragens de artilharia. O combate era um questão de massas. Dada a igualdade do ponto de vista técnico, o número de efectivos era quase decisivo para o resultado da batalha. À ordem, os militares avançavam impetuosamente e de forma decidida sobre as linhas inimigas, com o normal elevado número de baixas, O’Connel, *História da Guerra*, pág. 211.

⁸³ França vs. Áustria – esta última sai derrotada; Dumouriez com 6 divisões surpreende os austríacos e com o Potencial Relativo de Combate em pessoal de dois para um, derrota os austríacos e captura Bruxelas; Archer Jones, *The art of war in the western world*, pág. 321.

⁸⁴ A Inglaterra declara guerra à França em 01 de Fevereiro de 1793 e a Espanha a 29 de Março do mesmo ano. Destaque-se que a Convenção já tinha declarado guerra à Espanha no dia 07 de Março desse mesmo ano, com a “*clara intenção de reconquistar o Rossilhão (terra de origem catalã), que já lhe pertencera.*”, Vieira Borges, *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII*, pág. 173.

⁸⁵ 2.^a coligação, formada após Valmy e com a presença de ingleses, austríacos, prussianos e espanhóis e ainda com o apoio dos holandeses, dos reinos de Nápoles, de Piemonte e da Sardenha, que declararam a França “fora da lei”.

Entre 1794 e 1799, temos o Directório como forma de governo e a sua intenção de evitar que a hegemonia continental deixasse de ser colocada à prova, por forma a criar condições de estabilidade para “atacar” a potência marítima. Esta intenção, para ser atingida, passava pela criação de Estados-Tampão à sua volta, quer na região do Reno, assim como na Península Itálica, que funcionariam como obstáculos à instabilidade.

Em Junho de 1795 e no teatro de operações dos Pirenéus (Rossilhão), a Espanha resolve “mudar de camisa”⁸⁶, assinando secretamente e em separado, a paz com a França⁸⁷ (constatando o “crescendo” francês), aliando-se então à potência continental. Do ponto de vista geopolítico/geoestratégico e na nossa opinião, a decisão espanhola é compreensível, essencialmente por duas razões: as suas aspirações relativamente a Portugal e a superioridade francesa como potência continental, dominadora desse território e que vem à procura do domínio do mar, numa “caminhada” que a Espanha, por um lado não poderia sustentar e por outro não podia desviar-se, amarrada à sua posição geobloqueante⁸⁸. Numa sequência que nos parece lógica, os vizinhos espanhóis declaram guerra a Inglaterra, deixando-nos isolados e numa posição delicada.

Napoleão, consciente da constante geopolítica/geoestratégica, afirmava em 1797: “Concentremos os esforços na reconstrução da armada e na destruição da Inglaterra. Uma vez isto feito, a Europa estará aos nossos pés”⁸⁹.

Pensado e imediatamente executado: no ano de 1798, Napoleão⁹⁰ invade o Egipto⁹¹,

⁸⁶ Simão José da Luz Soriano citado por Vieira Borges escreve: “*Eis aqui pois a nação (Espanha) com quem Portugal se ligou para fazer guerra à França, e guerra tão danosa com esta lhe foi, não só pelos males a ella inherentes, mas igualmente pelos vexames por que teve de passar, atraídoado por esta sua mesma alliada.*”

⁸⁷ Destaque-se que esta situação poderia ter sido equacionada ou prevista por nós, visto que surge “na sequência do Tratado de Basileia (05 de Abril de 1795), pelo qual se reconhece à França, a posse da Bélgica e das terras germânicas da linha do Reno, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 197.

⁸⁸ O factor físico como o mais estável e a aplicação do pensamento de Castex.

⁸⁹ Paul Kennedy, Ascensão e Queda das Grandes Potências, pág. 158.

⁹⁰ No ano de 1799, chega ao Poder.

⁹¹ Com 31000 homens, de acordo com Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 7; “*Fechemos a história da França e, abrindo um atlas veremos bem claro que, por razões de elementar estratégia, se torna necessário que a França tome a decisão de abandonar as colónias excêntricas para se concentrar em África.*” in ME 71-00-00, Origens e evolução do pensamento geopolítico, IAEM, pág. 77 e citando Castex na sua obra “As teorias estratégicas” de 1935. Comentário: Embora a opinião expressa procurasse constituir-se como argumento, na altura, que levasse à redução da dispersão francesa, não deixa de ser interessante a possibilidade de alguma aplicação considerando até, ainda segundo Castex, os “*cinco eixos da penetração expansiva da França no Mundo*”: o africano, o asiático, o indo-africano, o americano (Antilhas) e o eixo sírio.

criando assim condições para dominar a região asiática banhada pelo Mediterrâneo, o Império Otomano e sobretudo a rota para a Índia⁹².

A Inglaterra consegue então e até 1801, o apoio de Portugal, dos Reinos de Nápoles, da Rússia, da Áustria e da Turquia. Em Março de 1801, as tropas francesas são derrotadas pelas britânicas⁹³ em Alexandria levando, mais tarde, à retirada de França do Egipto.

Ainda no ano de 1801, Portugal opta pela potência marítima, em detrimento da continental, perante o ultimato a que foi sujeito, tendo sido invadido por tropas espanholas; era o início da Guerra das Laranjas e da qual viríamos a sair bastante prejudicados.

Em sequência, surgem os preliminares de Londres e a Paz de Amiens em 1802: o ressurgimento da superioridade inglesa nos mares Báltico e Mediterrâneo e a afirmação cada vez maior da França na Europa. De facto, nenhuma das cláusulas preconizadas em Amiens foi cumprida na totalidade, e assim esta paz caracterizou-se pela precariedade, tornando-se mesmo instável⁹⁴, recomeçando as hostilidades em 1803.

O espírito revolucionário re-emerge (“Liberdade, Igualdade e Fraternidade”) com as Guerras Napoleónicas em que a França, pretendia unir as potências europeias, sob a sua hegemonia, contra a Grã-Bretanha.

Neste quadro e entre 1805 e 1808, a França tornou a constatar que apesar do seu exército ser maior e com elevada experiência, era necessário dominar a outra fonte estrutural do Poder (o mar), para poder fazer face à potência marítima e culminar com um desembarque no seu território. Acresce clarificar que a marinha francesa também era à altura, superior, no que a quantitativos respeita, recebendo ainda o apoio da frota espanhola (a partir do final do ano de 1804). Apesar disto, esta frota combinada encontrava-se dispersa pelos portos, sendo difícil a sua concentração, sem correr o risco de ser batida separadamente pela marinha inglesa.

“Os anos seguintes anunciaram o apogeu do predomínio francês na Europa, com destaque para a vitória de Austerlitz, onde derrotaram os exércitos austro-húngaros e se apoderaram da Alemanha e da Itália”⁹⁵.

⁹² Aproveitando o quase vazio britânico no Mediterrâneo.

⁹³ Almirante Nelson.

⁹⁴ O primeiro incidente foi criado por Napoleão que, na tentativa de proteger a “sua” indústria, inviabilizou um Tratado de Comércio com a Inglaterra.

⁹⁵ Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 8.

No dia 21 de Novembro de 1806 e após a derrota imposta à Rússia⁹⁶, a França decreta o “Bloqueio Continental”, procurando asfixiar a Inglaterra. Esta asfixia implicava o impedimento de utilização dos portos da Suécia, de Portugal e da Dinamarca. Na sequência, a Espanha e a França estabeleceram um acordo⁹⁷ que dividia o nosso território nas seguintes parcelas:

- (1) As terras de Entre Douro e Minho que ficariam na posse do rei da Etrúria; como troca, a Toscana integrava-se na França.
- (2) O Alentejo e o Algarve ficariam com Godoy.
- (3) As colónias portuguesas seriam partilhadas entre a Espanha e a França.
- (4) As províncias de Trás-os-Montes, das Beiras e da Estremadura seriam tuteladas por Napoleão.

Portugal não respeitou na totalidade o Bloqueio, sendo invadido por forças francesas no ano de 1807, materializando-se assim o início da guerra peninsular.

e. *Síntese conclusiva*

Sintetizando, diríamos que o período histórico abordado, integra-se no quadro internacional, nas duas classificações conhecidas como de “Equilíbrio de Poderes” e de “Confronto das Hegemonias”, da autoria de Borges de Macedo, respectivamente: desde o final do século XVII até ao final da Guerra dos Sete Anos e desde o final da Guerra dos Sete Anos até ao Congresso de Viena (1815).

Numa perspectiva geopolítica/geoestratégica, a luta entre a potência marítima (líder do bloco marítimo – Inglaterra) e a potência continental (líder do bloco continental – França) foi a constante. De uma forma geral, o bloco marítimo integrava países como Portugal, Holanda, Dinamarca e outros de vertente continental, desde que estivessem em oposição à França, como por exemplo a Áustria; o bloco continental para além da França incluía, normalmente a Espanha⁹⁸. A título de síntese diríamos que os actores globais no período em questão são a Inglaterra e a França.

As principais razões da conflitualidade prendiam-se com a garantia da segurança das rotas marítimas, simultaneamente comerciais, dado que essas

⁹⁶ Em Iena.

⁹⁷ Tratado de Fontainebleau (27 de Outubro de 1807).

⁹⁸ Possuía a “terceira armada do mundo”, Vieira Borges, Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII, pp. 36 e 37.

constituíam-se como factor multiplicador dos recursos dos países. A referida segurança passava pelo domínio ou pelo menos pelo controlo do mar. Num quadro de tarefas implícitas, teríamos o controlo de determinados pontos estratégicos⁹⁹ e/ou o domínio ou o assegurar de alianças com países.

Por outro lado e no contexto de influência da revolução francesa, o motivo da conflitualidade também passava pela “configuração” dos regimes: monarquia versus república.

Portugal encontra-se numa área de decisão estratégica dada a sua localização¹⁰⁰, confirmando no seu caso que a periferia (ex. relativamente ao resto da Europa) não é necessariamente menos importante que o centro. De facto, o “rectângulo à beira mar plantado” constituía-se como uma base de apoio e simultaneamente porta de acesso para a potência marítima. Por outro lado, esta necessitava dos portos portugueses para garantir a sua própria sustentação, assim como para lhe permitir fazer frente, com oportunidade, às tentativas que o poder continental consumava, no sentido de a enfraquecer e, em última instância, criar condições que lhe permitisse desenvolver a capacidade marítima necessária para atingir a hegemonia no que respeita à fonte estrutural que é o Mar.

No quadro da França, tornava-se essencial a negação da utilização dos portos portugueses à Grã-Bretanha de forma a asfixiá-la, a diminuir-lhe a flexibilidade de emprego dos meios e a evitar qualquer tentativa de progressão na área continental.

No contexto acima considerado, embora de forma sintética, a posição de Portugal é difícil; de facto, quando solicitados apoios ou no âmbito das ameaças para que lado vou optar ou que delimitação fazer, respectivamente? A optar pela potência marítima, o poder continental reage mal e vem à procura do nosso espaço no sentido de o controlar, ou directamente, ou

⁹⁹ Como exemplo e citando Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 28: “*Temendo o alastramento da guerra com a França, procurou a Inglaterra dominar os pontos estratégicos nos três oceanos. Para o efeito, organizou um plano que lhe permitia o controlo do cabo da Boa Esperança, de Goa e de Macau. Tudo se fazia a coberto de se defender essas terras contra um possível ataque francês. Foi o caso de Goa, inicialmente aliciada com dinheiro e depois ocupada entre 1802 e 1813. Goa fora, até ao reinado de D. José, o grande porto das naus portuguesas de Bengala, Macau e Moçambique. Desde 1750 que os Ingleses preferiam Goa em favor de Bombaim, de onde o seu comércio podia mais facilmente penetrar no golfo Pérsico, no mar Vermelho e na costa do Malabar*”.

¹⁰⁰ Importância do factor físico; as excepções de Cline, no que à massa crítica respeita.

através de Espanha; a opção continental traz a grande desvantagem de comprometermos os nossos domínios ultramarinos.

3. Estratégias gerais

a. *Política interna*¹⁰¹ – *principais acções/acontecimentos*

- (1) Logo com D. Maria I, libertação de presos políticos¹⁰² e sua reabilitação, como por exemplo os “Távoras”; no entanto, de uma maneira geral, não houve grandes modificações, no plano político interno, relativamente ao período de Pombal¹⁰³. “Assim, os governos de D. Maria I e de D. João limitaram-se a continuar a nova ordem e, em certos aspectos, ajudaram até a fortalecê-la¹⁰⁴. Dois dos três ministros da situação pombalina foram até mantidos no poder¹⁰⁵. As perseguições a todo aquele que resistisse ao despotismo estatal prosseguiram, ainda que num ritmo mais lento e menos feroz”¹⁰⁶. Neste quadro, destaca-se o papel da polícia¹⁰⁷, ao longo de todo o período histórico em causa, na manutenção da ordem interna; no ano de 1780 foram aumentadas as suas competências; no ano de 1801 foi criada uma Guarda Real da Polícia¹⁰⁸.
- (2) Num quadro estrutural e para fins gerais de administração e de justiça, Portugal estava dividido em seis províncias que por sua vez eram organizadas

¹⁰¹ Interessa focar aspectos de política interna, porque embora parte das acções não concorram directamente para a consecução de objectivos estratégicos, são ditadas pela estratégia.

¹⁰² Cerca de oito centenas, CD Multimedia, *História Universal de Portugal, A Viradeira e o Marquês de Pombal*, 1997.

¹⁰³ O Marquês de Pombal foi julgado (1781) e banido., Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pág. 357; “*Foi desterrado para Pombal, pois a condenação dizia que devia viver afastado da corte 20 léguas.*”, CD Multimedia, *História Universal de Portugal, A Viradeira e o Marquês de Pombal*, 1997.

¹⁰⁴ “*Os seus sucessores para efeitos práticos foram diversos Secretários de Estado durante os reinados de D. Maria I e de D. João VI, tais como José de Seabra da Silva (Secretário do Reino em 1788-1789) e o 1º conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Secretário da Marinha em 1796-1801; Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1800-03 e 1807-12).*”, Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pág. 323.

¹⁰⁵ Ex. Martinho de Mello e Castro, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos e o Intendente Pina Manique., Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 17.

¹⁰⁶ Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pág. 357.

¹⁰⁷ “*O intendente Pina Manique, que dirigiu a polícia durante mais de 20 anos (1780-1803) ficou famoso pelas suas perseguições aos liberais e a todos os partidários das ideologias políticas francesa e americana, mas também pela ordem e disciplina que conseguiu impor no País, sobretudo na capital.*”, Idem, *Ibidem*, pág. 306.

¹⁰⁸ Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pág. 306.

- em comarcas¹⁰⁹. Entre a província e a comarca¹¹⁰ criou-se a provedoria, num total de 24 a 26 no final do século XVIII¹¹¹.
- (3) Início da construção da Basílica da Estrela em 1779; construção também da Igreja da Memória, do Santuário do Senhor dos Remédios de Lamego, da Igreja do Bom Jesus em Braga e outras.
 - (4) Continuação das obras no Palácio de Queluz e construção do palácio da Ajuda.
 - (5) Termina, no ano de 1779, a construção do Observatório Astronómico, em Coimbra¹¹².
 - (6) Inauguração da iluminação pública em Lisboa, no ano de 1780 (intendente Pina Manique)¹¹³.
 - (7) Fundação da Casa Pia, pelo Intendente Pina Manique, no ano de 1780¹¹⁴.
 - (8) Ainda com D. Maria I¹¹⁵, construção de hospitais no Brasil e na Metrópole¹¹⁶.
 - (9) 1790 – Abolição das donatarias “... e, com elas, as funções mais importantes da administração e jurisdição ainda reservadas à nobreza”¹¹⁷; unificação da jurisdição, materializada na lei de 1790, que estabelece “em toda a parte a lei geral” e que tentou tornar a administração da justiça una^{118 119}.
 - (10) Continuação do aumento de importância da burguesia, com a assunção de papel significativo no comércio nacional; entre 1791 e 1792, os comerciantes portugueses ultrapassaram em número os estrangeiros;

¹⁰⁹ O seu número vinha aumentando significativamente: no ano de 1641 havia 27 comarcas; no início do século XIX o seu número atingia as 44.

¹¹⁰ “À frente das comarcas achava-se um corregedor, em cuja dependência estavam os juizes de fora e os juizes ordinários, em número muito superior aos das comarcas. Cada distrito de juiz de fora dividia-se em vintenas, chefiadas por juizes de vintena, na dependência daqueles.”, Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. II, pág. 306.

¹¹¹ Idem, *Ibidem*, pág. 305.

¹¹² Pedro Cardoso, *Cronologia Geral*, pág. 296.

¹¹³ Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II pág. 306.

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*, pág. 306.

¹¹⁵ Na pintura e na música, a época de D. Maria I ficou marcada por celebridades como os pintores Vieira Portuense e Domingos Sequeira e a cantora Luísa Todt.

¹¹⁶ Ex. Hospital de Santo António no Porto e o Recolhimento do Rego, em Lisboa.

¹¹⁷ Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pág. 309.

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*, pág. 307.

¹¹⁹ Procurando também a necessária objectividade, inexistente na lei de 1769 (lei da boa razão, consequência do iluminismo) e que, dadas as grandes imprecisões e subjectividade, concedia aos juizes e aos tribunais diferentes interpretações e tornava-os alvos fáceis de pressões políticas., Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pp. 323-324.

- aproximação da pequena burguesia à alta burguesia¹²⁰.
- (11) Continuação das acções relativas à construção e melhoramento das vias de comunicação, assim como ao incremento dos transportes¹²¹.
 - (12) Do ponto de vista governativo, mantém-se o conselho denominado de Junta dos Três Estados¹²². Nos finais dos séculos XVIII e XIX, foram criadas diversas Juntas, tendo os seus objectivos revelado-se de cariz técnico ou administrativo, dependendo completamente, de igual maneira, do Estado¹²³.
 - (13) Impressão em língua portuguesa do Dicionario Inglez-Portuguez e Portuguez-Inglez, no ano de 1782¹²⁴; publicação do Dicionario das Linguas Franceza e Portugeza¹²⁵.
 - (14) Continuação da criação de academias, cuja actividade, também, pode ser encarada como fenómeno colectivo de participação cultural¹²⁶.
 - (15) Construção de teatros especiais para ópera (ex. Teatro Real de S. Carlos, Lisboa, 1793), com um número significativo de óperas estreadas de autores portugueses¹²⁷.
 - (16) Criação da Real Biblioteca Pública de Lisboa, no ano de 1796¹²⁸.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*, pág. 316.

¹²¹ Ex. Inauguração do primeiro serviço de diligências no ano de 1798 e reforma do serviço postal entre 1797 e 1810., Idem, *Ibidem*, pág. 320.

¹²² “*Em 1736, uma reforma governativa concedeu atribuições maiores aos secretários, cujos nomes tradicionais foram modificados com uma correspondente reorganização de funções: Secretário de Estado do Reino, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar. O primeiro dirigia o gabinete, actuando como um autêntico primeiro-ministro. Este governo de três pessoas, presidido pelo rei, resistiu a quaisquer alargamentos até finais do século XVIII, quando um quarto membro foi agregado para administrar a Fazenda Pública.*”, Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 304.

¹²³ Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pp. 304-305.

¹²⁴ Impressão em 2.^a edição, em Londres, de “...*A Dictionary of the Portuguese and English Languages*”, publicado em 1773, “... *devido a António Vieira Transtagano*”, Oliveira Marques, História de Portugal, vol.II, pág.328.

¹²⁵ *Em 1786 publicou-se, parece que devido principalmente a Joaquim José Costa e Sá mas indicando o nome de Manuel de Sousa na capa, o Dicionario das Linguas Franceza e Portugeza, em dois volumes*”, Oliveira Marques, op. cit., pág. 328.

¹²⁶ Ex. Academia Real das Ciências (1779 - temas gerais - Lisboa), Aula Pública de Debuxo e Desenho (1780 – Porto), Academia das Belas Artes ou Nova Arcádia (1790-1794 – literatura – Lisboa), Academia Eclesiástica (1793-1802 – literatura religiosa – Beja), Sociedade Literária Tubuciana (1802-1807 – temas gerais, Abrantes), Academia do Nu (1780 – corpo humano – Lisboa), Idem, *Ibidem*, pp. 331-340.

¹²⁷ Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 332.

¹²⁸ Pedro Cardoso, Cronologia Geral, pág. 299.

(17) Síntese conclusiva

No plano da política interna podemos então sintetizar as seguintes linhas de orientação: centralização do Poder, manutenção da ordem interna e fortalecimento da coesão interna, adopção do princípio da igualdade de todos perante a lei, a diminuição de privilégios para a aristocracia, aproximação da pequena burguesia à alta burguesia, que ganhou a capacidade de possuir os seus próprios clientes e aumentou a sua importância na sociedade em geral; estabelecimento de um fosso entre a pequena burguesia e a nobreza e/ou clero; o melhoramento das vias de comunicação e dos transportes diminuiu a distância entre as pessoas e respondeu às necessidades impostas pelo desenvolvimento da agricultura, do próprio comércio e de alguma indústria, assim como ao aumento demográfico¹²⁹. A construção de igrejas (também intimamente relacionada com o carácter religioso de D. Maria) e outro património arquitectónico, constituiu-se como uma das formas de “projectar” Poder, com a ressalva de que este efeito pudesse não ter sido procurado intencionalmente; esforço nas áreas de participação cultural, do ensino e da investigação.

b. Estratégia diplomática – principais acções/acontecimentos

- (1) Ainda durante o reinado de D. José, iniciaram-se conversações com Espanha, certamente no sentido de uma aproximação. As negociações continuaram após a sua morte, até porque D. Mariana Vitória era irmã de Carlos III de Espanha. No seu decurso, os espanhóis ocuparam a ilha de Santa Catarina localizada na costa brasileira. Esta acção culminou no acordo de S.º Ildefonso¹³⁰ (01 de Outubro de 1777) e, dando-lhe sequência, no Tratado do Pardo (11 de Março de 1778). De forma sintética diremos que Portugal renunciou à utilização dos rios da Prata e Uruguai, assim como cedeu à Espanha as ilhas de São Gabriel, de

¹²⁹ “Nos meados da centúria de Seiscentos, Portugal tinha uns dois milhões de pessoas. Este número de base poucas alterações sofrera até 1732, data em que teve lugar a primeira «contagem» do novo século. Porém, a partir de então, o crescimento mostrou-se contínuo: mais de 2500000 habitantes em 1758, quase 3000000 quarenta anos mais tarde, cerca de 3100000 em 1820.”, Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pág. 278.

¹³⁰ “Tratado de Limites da América Meridional”, Pedro Cardoso, *Cronologia Geral*, pág. 296.

- Fernão Pó, do Ano Bom¹³¹ e a colónia de Sacramento. A Espanha cedeu a Portugal os direitos de navegação no Rio Grande de São Pedro¹³².
- (2) Realizaram-se dois casamentos: o infante espanhol D. Gabriel uniu-se com a infanta de Portugal D. Maria Vitória; o infante português D. João com a infanta espanhola D. Carlota Joaquina.
 - (3) No quadro da Guerra da Independência dos EUA, Portugal nunca cedeu aos franceses, relativamente às suas exigências de impedimento dos ingleses em utilizarem os portos portugueses. Por outro lado, a Coroa Portuguesa distanciou-se da potência marítima, efectuando uma política neutral¹³³, no que ao conflito entre Londres e os seus colonos americanos diz respeito; a opção por esta neutralidade, assumida abertamente em 13 de Julho de 1782, tem como finalidade primária a “promoção da paz entre a Espanha e a Grã-Bretanha”¹³⁴.
 - (4) Intensificação das relações diplomáticas com a Alemanha, a Rússia (1784), a França e a Espanha, na busca de outros apoios que lhe permitissem suprir o enfraquecimento momentâneo inglês¹³⁵, a recuperar da Guerra da Independência dos EUA e dado que houve uma alteração da relação de forças no Atlântico.
 - (5) No contexto da Revolução Francesa, a posição portuguesa foi de expectativa (1789-1792), evoluindo depois para a assinatura da Convenção Provisional com a Espanha (15 de Julho de 1793)¹³⁶ e do Tratado de Mútuo Auxílio e Recíproca Protecção com a Inglaterra.
 - (6) Luís Pinto de Sousa Coutinho, ministro da Guerra e dos Negócios

¹³¹ “...na zona do Equador, onde a Espanha passou a centralizar o seu comércio de escravos.”, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 45.

¹³² “...com o domínio da parte meridional até Tahim”, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 45.

¹³³ Portugal adere à liga dos neutros em 13 de Julho de 1782, com a assinatura de acordos num quadro bilateral com os EUA e com a Rússia. A Coroa Portuguesa reconhece a independência dos EUA em 15 de Fevereiro de 1783.

¹³⁴ Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 45.

¹³⁵ Embora com a preocupação de evitar a hostilidade ou até exclusão da Inglaterra, nos seus apoios.

¹³⁶ No seu artigo 2.º: “... está prompta Sua Magestade Fidelíssima a concorrer para a defesa dos domínios garantidos à Hespanha, como já o offereceu assim que a França lhe declarou a guerra: e promete, como potência auxiliar aliada, os socorros que forem compatíveis com a sua própria situação e segurança; os quaes socorros obrarão inteiramente à disposição de Sua Magestade Catholica...”, Martins Barrento, Forças Multinacionais: a Campanha do Rossilhão, Revista Militar, Março, pág. 151.

Estrangeiros propunha uma aliança entre Portugal, Inglaterra e Espanha (tríplice aliança) contra a França¹³⁷.

- (7) Após a campanha do Rossilhão, intensifica-se a actividade diplomática junto da França (1795-1801) com receio das suas acções contra Portugal. De facto, Portugal pretendia negociar directamente com a França, alegando que nunca lhe tinha declarado guerra. No entanto, por ter participado activamente (diga-se com forças) nessa campanha, essa intenção foi-lhe negada. Apesar disto e em 12 de Outubro de 1796, Portugal ainda se dispôs a pagar como indemnização, dois a três milhões de cruzados, por forma a manter a neutralidade nos portos portugueses, o que foi considerado pela França como inaceitável intimando o nosso negociador António de Araújo a deixar Paris.

Fazendo uso de corrupção, consegue António de Araújo entrar de novo em Paris e negocia um acordo em que Portugal ficava obrigado a pagar a França a quantia de dez milhões de libras tornesas, a troco da manutenção da aliança com a Inglaterra, mas restringindo a presença do número de navios ingleses nos portos portugueses¹³⁸ e comprometendo-se a não apoiar, nem do ponto de vista militar (forças), nem logisticamente a potência marítima (tratado luso-francês de 10 de Agosto de 1797)¹³⁹.

Os ingleses, através do seu governo, protestaram veementemente, tendo nessa altura o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros escrito para Londres, alegando que o negociador português tinha excedido as suas competências e que as disposições relativas à restrição de utilização dos portos portugueses e à não cedência de apoio militar e logístico não seriam ratificadas¹⁴⁰.

Após ter tomado conhecimento do referido no parágrafo anterior, o

¹³⁷ “Em 18 de Março de 1793 o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa Coutinho, não aceita as credenciais do Delegado da Convenção, Darbault, que foi mandado expulsar do Reino pelo Intendente da Polícia e, por este facto, como o próprio Ministro refere, fomos impelidos a girar no turbilhão das demais potências beligerantes.”, Martins Barrento, Forças multinacionais – a campanha do Rossilhão, pág. 103, citando Latino Coelho, História Política e Militar de Portugal, vol. III, Lisboa, 1885, pág. 111.

¹³⁸ Não podiam estar nos nossos portos, mais de seis navios ingleses; Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 198.

¹³⁹ Idem, *Ibidem*, pág. 198.

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*, pág. 198.

¹⁴¹ António de Araújo foi preso no dia 28 de Dezembro de 1797, mantendo-se em Paris até ao dia 29 de Março de 1798, Idem, *Ibidem*, pág. 198.

governo francês considerou nulo o tratado luso-francês¹⁴¹.

- (8) Ausência de resposta a um ultimato francês, que nos obrigava definitivamente a optar entre a França e a Inglaterra escolhendo, antes, os portugueses o caminho da negociação. Como consequência, entramos em guerra com a França, via Espanha, visto que foi Carlos IV de Espanha que declarou guerra a Portugal, materializada pela invasão do nosso território por forças espanholas, naquela que ficou conhecida pela “guerra das laranjas”.
- (9) O príncipe regente obedeceu a Napoleão, no que respeita ao “Bloqueio Continental”(21 de Novembro de 1806) por este imposto, no sentido de enfraquecer a resistência inglesa. Assim, Portugal deixou de permitir aos ingleses a utilização do seus portos. No entanto, não aceitou aos pedidos de prisão dos súbditos ingleses, nem aos de confiscação dos seus bens¹⁴², continuando a optar por uma diplomacia de compromisso e de apaziguamento.
- (10) Em Agosto de 1807, a França e a Espanha confrontavam o príncipe D. João com um ultimato, através dos seus enviados diplomáticos e cujo objectivo era forçar o governo português a tomar uma opção clara e contra a Inglaterra: “ou Portugal declarava guerra à Inglaterra até 1 de Setembro, ou os exércitos franco-espanhóis invadiam o País.”¹⁴³
- (11) Assinatura do Tratado de Fontainebleau entre a França e a Espanha que dividia Portugal em três partes, já discriminadas anteriormente.
- (12) *Síntese conclusiva*
 - (a) Verifica-se uma mudança quanto à política de alianças; numa aliança firme com a Inglaterra mantida pelo Marquês de Pombal, passou-se para uma diplomacia de compromisso.
 - (b) Sem pretender fazer juízos de valor, do tipo se “foi bom ou mau”, constatamos obrigatoriamente o ajustamento de fronteiras entre Portugal e Espanha, que nos indica que a integridade territorial não foi mantida; pelo menos alterou-se.
 - (c) A constante histórica das uniões matrimoniais, na busca do fortalecimento de laços que, no mínimo, se constituíssem como obstáculos ou que fossem em desfavor de desentendimentos entre nós e os nossos vizinhos espanhóis foi mantida, inferindo-se daqui

¹⁴² Vieira Borges, referenciando Alfredo Pimenta in Elementos de História, pág. 450.

¹⁴³ Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 360.

a preocupação com a manutenção da nossa fronteira terrestre na península, considerando o “perigo continental”.

- (d) A utilização da diplomacia para a adopção de uma postura de neutralidade que nos permitisse, por um lado, obter um acréscimo da nossa liberdade de acção, para a aplicação de estratégias noutros domínios, como seja o caso do económico¹⁴⁴; por outro, a manter os nossos territórios ultramarinos e diminuir os riscos decorrentes da nossa vulnerabilidade derivada do factor localização, ou seja, constituirmo-nos como fronteira entre as potências marítima e continental.
- (e) Após a campanha do Rossilhão, a nossa diplomacia passou a assumir um carácter mais reactivo do que pró-activo, na medida em que procurou apenas dar resposta, às pressões quer dos ingleses, quer dos franceses, numa altura em que, mais uma vez, os conflitos armados adivinhavam-se, a nossa dependência da potência marítima era um facto e a “ameaça continental” tornava-se uma realidade. A finalidade, logo após o Rossilhão, era evitar a guerra e neste sentido, houve um intensificar da actividade diplomática¹⁴⁵.

c. *Estratégia económica – principais acções/acometimentos*

- (1) Grande actividade legislativa contribuindo, também, para a modernização do sector económico.
- (2) No ano de 1777, criação da Junta de Administração de Todas as Fábricas deste Reino e Águas Livres¹⁴⁶, com a principal finalidade de fomentar as indústrias nacionais.
- (3) Com D. Maria I, as exportações para a América do Norte foram em grande volume, nomeadamente relativas a vinho. Na troca, recebíamos arroz proveniente da Carolina.
- (4) Continuação do “*deficit*” cerealífero, com excepção do milho; por exemplo, no que respeita ao trigo, “15 a 18% do trigo consumido em

¹⁴⁴ A manutenção da neutralidade durante a guerra da Independência dos Estados Unidos da América foi facilitada por estas aproximações à coroa espanhola, beneficiando nós nas relações económicas estabelecidas à posteriori no quadro do Atlântico Norte.

¹⁴⁵ “Salientaram-se entre outros, D. Vicente de Sousa Martins, António de Araújo de Azevedo, D. Alexandre de Sousa e Holstein, D. Diogo de Noronha, D. Diogo de Carvalho Sampaio, D. João de Melo e Castro...”, Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 14.

¹⁴⁶ Pedro Cardoso, *Cronologia Geral*, pág. 296.

¹⁴⁷ Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pág. 282.

Portugal tinha de vir do estrangeiro”¹⁴⁷.

- (5) Incentivo à agricultura (produção agrícola); a área de terreno cultivada aumentou, assim como foram introduzidas novas culturas, como por exemplo, os olivais e a vinha.
- (6) Estímulo às exportações de cacau, de arroz e de algodão oriundos do Brasil. Em simultâneo, adoptou-se uma política de protecção aos produtos manufacturados exportados de Portugal, impedindo o surgimento, por exemplo, de manufacturas brasileiras, cujos produtos pudessem competir com os primeiros, tal como os têxteis, que continuavam a ser importados, sobretudo da Grã-Bretanha.
- (7) “*Ruína de grande parte do sistema manufactureiro Nacional a favor, uma vez mais, da indústria inglesa, que lhe conquistou os mercados interno*”¹⁴⁸, graças à baixa contínua dos preços¹⁴⁹; as manufacturas que vinham resistindo desde a época pombalina, destinavam-se essencialmente à satisfação do mercado interno e das colónias, culminando a sua viabilidade com a Revolução Industrial^{150 151}.
- (8) D. Maria privatizou fábricas que tinham sido propriedade de D. José, entregando-as a particulares, assim como reformou algumas manufacturas, pretendendo diminuir os encargos do Tesouro.
- (9) Abertura e melhoria de vias de comunicação (governo de D. Maria), com os dividendos decorrentes, quer no que respeita à actividade comercial e melhoria das condições de vida, quer na facilidade de deslocamento de forças^{152 153}.

¹⁴⁸ Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 285.

¹⁴⁹ Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 285.

¹⁵⁰ “*A indústria portuguesa, que resistira ao contrabando e à guerra dos preços e até da qualidade durante todo o século XVIII, era agora esmagada pela técnica nova da Revolução Industrial.*”, Borges de Macedo citado por Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 286.

¹⁵¹ Excepção feita à Real Fábrica das Sedas (1776) que, de qualquer forma, também sofreu uma reestruturação interna, por forma adaptar-se à mudança, à fábrica de lã e algodão localizada em Portalegre (entregue a particulares – iniciativa privada), com maquinaria moderna e actualizada, proveniente de Inglaterra, às fábricas do Fundão e da Covilhã.

¹⁵² Por exemplo, concluiu-se a estrada Lisboa-Porto, Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 25.

¹⁵³ “*A partir de 1781, todavia, foram elaborados e parcialmente efectivados planos rodoviários gerais ou regionais. Entre 1791 e 1806 construiu-se e abriu-se ao trânsito a estrada Lisboa-Porto, a mais importante obra rodoviária do tempo. Também, no vale do Douro, e relacionadas com o surto do comércio de vinho, se rasgaram ou melhoraram estradas (Lamego-Réguas-Mesão Frio, por exemplo) entre 1788 e o início do período liberal. Em 1806 abria ao público uma ponte de barcas sobre o rio Douro, no Porto.*”, Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 319.

- (10) Extinção das companhias brasileiras mais importantes¹⁵⁴, em quem Pombal tinha confiado o monopólio de tráfegos comerciais; havia o entendimento que a diminuição da produção aurífera e da extracção de diamantes era consequência da falta de força laboral. “*Assim D. Maria I proibiu a instalação e funcionamento das «artes» nocivas à economia brasileira.*”¹⁵⁵.
- (11) No final do século XVIII, deu-se o estabelecimento de relações comerciais com outras áreas, tais como com a Rússia¹⁵⁶, de onde importávamos ferro, trigo, madeira e linho e exportávamos açúcar, vinho e fruta; estabelecimento, também, de relações comerciais com a América do Norte (independência dos EUA); existe, de facto, um aproveitamento da guerra da independência dos EUA do ponto de vista do nosso comércio, considerando o esforço de guerra da Grã-Bretanha.
- (12) Continuação do aumento da exportação de vinho, assumindo-se a Inglaterra como o nosso maior comprador¹⁵⁷.
- (13) Economia possuindo como pilar base de sustentação as colónias, em especial o Brasil, complementada pela actividade na Metrópole¹⁵⁸; o comércio português realizado com os países estrangeiros na dependência, essencialmente das colónias. “*O Brasil, a Ásia e a África, tomados em conjunto, representavam três quartas partes de toda a exportação nacional*”¹⁵⁹. Releve-se, de igual forma, que no respeitante a importações do estrangeiro, três quartos seguiam para o Brasil, para a Índia e para África¹⁶⁰.

¹⁵⁴ Companhias do Paraíba, de Pernambuco, do Grão-Pará e do Maranhão, Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 20.

¹⁵⁵ Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 27.

¹⁵⁶ 1789 – Tratado de Comércio com a Rússia, Pedro Cardoso, Cronologia Geral, pág. 298.; Tratado de amizade, navegação e comércio assinado com Catarina II da Rússia.

¹⁵⁷ Embora houvesse outros países a absorver os nossos vinhos, tais como a Alemanha, a Holanda, os Estados da Escandinávia, o Norte de África, a Itália, os Estados Unidos, o Brasil e até a França, Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 288.

¹⁵⁸ “*Ao contrário do que muitos autores afirmam, o volume de comércio da metrópole com o Brasil foi, em muitos anos, superior ao das mercadorias e géneros vindos daquele Estado. A partir de 1803, as importações do Brasil aumentaram em relação às da Metrópole, atingindo em 1807 uma diferença de 50%. Entre 1796 e 1807, a percentagem média das exportações do Brasil, relativamente às restantes colónias era de 78%.*”, Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 20.

¹⁵⁹ Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 287.

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, pág. 287.

- (14) No ano de 1780, Portugal regista, pela primeira vez durante um século, um saldo positivo na sua balança comercial com a Inglaterra; situação idêntica ocorre nos anos de 1781, 1782, 1783, 1784, 1790, 1791, 1792, 1794 e 1795. A partir do ano de 1796, fomos mantendo uma constância de resultados positivos¹⁶¹, com duas excepções: anos de 1797 e 1799. As razões apontadas por Oliveira Marques para explicar a mudança prendem-se com: o aumento na produção de certos produtos agrícolas¹⁶², quer para fins de consumo interno, assim como para exportação, o surto da indústria nacional e a conjuntura internacional, em que Portugal (Lisboa) reassume-se como entreposto das nações; “*O país reassumiu-se então como um grande entreposto do comércio euro-atlântico e, até, do rico comércio com o Oriente (entre 1784 e 1807 foram anualmente 8 a 20 navios para a Índia). As exportações para Inglaterra aumentaram cerca de 451% e as importações 241%, no período compreendido entre 1777 e 1807*”¹⁶³. Em 1804, quando Napoleão foi sagrado imperador, atingiu-se a maior desproporção a nosso favor, na balança de pagamentos luso-britânica: 77.462.492\$00 de exportações para 5. 764. 885\$00 de importações¹⁶⁴. Com a França, o crescimento foi ainda maior, respectivamente de 602% e 221%. Por outro lado, registou-se uma diversificação efectiva dos parceiros comerciais (Rússia, Alemanha, Espanha, etc.). A Inglaterra deixava de ter o exclusivo das exportações para representar 40% das exportações e 35% das importações. O comércio marítimo com a Espanha diminuía de volume”¹⁶⁵.
- (15) Continuação da tendência para o aumento de preços, com um agravamento significativo a partir do ano de 1789 e que afectou a maior parte dos produtos.
- (16) A partir do final da década de oitenta, o tesouro necessitava de cada vez mais dinheiro (sobretudo para a guerra e para a realização de reformas), recorrendo a medidas extraordinárias para o obter, destacando-se a mencionada no subparágrafo (18) e a reintrodução do imposto de selo¹⁶⁶;

¹⁶¹ Que se mantém até 1809, Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 291.

¹⁶² Como por exemplo, o algodão e o arroz.

¹⁶³ Na citação, Vieira Borges remete nesta altura para História de Portugal, Círculo de leitores, pág. 110.

¹⁶⁴ Na citação, Vieira Borges remete nesta altura para Joaquim Veríssimo Serrão, pág. 430.

¹⁶⁵ Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 22.

¹⁶⁶ Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 302.

- (17) Aquisição de material bélico para o Exército, no quadro do empenhamento do Exército Auxiliar à Coroa de Espanha no Rossilhão¹⁶⁷;
- (18) Em 1796-1797 contraiu-se um empréstimo de doze milhões de cruzados, aos juros de 5 e 6%, tendo emitido-se apólices do Real Erário¹⁶⁸ no valor de 50000 e mais réis, que circulavam ou podiam circular como moeda (papel-moeda); de acordo com Oliveira Marques¹⁶⁹ esta situação deveu-se ao decréscimo na produção aurífera¹⁷⁰, à expansão do comércio e ao crescimento dos encargos governamentais (incluíam necessidades para a guerra e para a realização de reformas).
- (19) Continuação do crescimento das receitas públicas: “15 milhões de cruzados de média anual para o período de 1762 a 1776, 28 milhões em 1805, e isto sem qualquer desvalorização monetária a falsear o confronto”¹⁷¹; citando ainda, Oliveira Marques, “conquanto menos poderoso em recursos militares, o País achava-se sem dúvida nenhuma mais rico nos começos do século XIX, do que em qualquer outro tempo da sua história.”
- (20) Síntese conclusiva

Utilizando o mesmo racional considerado na síntese conclusiva anterior, verificamos:

- (a) A busca de novos mercados, donde pudéssemos tirar vantagens e a diminuição da dependência relativamente à Grã-Bretanha, materializada na evolução da balança comercial com aquele país.
- (b) Relacionado ainda com (a), a procura de uma aumento de competitividade, com o finalizar de alguns monopólios; de facto, proporcionou-se a possibilidade a “todos” os portugueses de realizar actividades comerciais nas regiões, até à altura (1780) sob domínio ou exclusividade das companhias já mencionadas.

¹⁶⁷ “Comprou-se material novo pois “...era tão velho e deteriorado o armamento que a maior parte das espingardas eram totalmente incapazes de serviço...””, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 182.

¹⁶⁸ Fundado durante o governo de Pombal (1761), “com atribuições de superintendência de todas as contas públicas, métodos actualizados de controle, maior centralização e eficiência”, citando Oliveira Marques ,pág. 303.

¹⁶⁹ Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 295.

¹⁷⁰ Ouro do Brasil que saía depois para Inglaterra, Holanda, Génova e outras paragens europeias, estimulando a economia europeia, especialmente, a inglesa., Oliveira Marques, História de Portugal, vol. II, pág. 295.

¹⁷¹ Oliveira Marques, História de Portugal, vol II, pág. 301.

- (c) A continuação da dependência cerealífera: o incentivo à produção agrícola não se registou nesta área. Cabe aqui referir que estes recursos alimentares são importantes, designadamente no que respeita à garantia de alguma capacidade de auto-suficiência.
- (d) Benefício do comércio colonial. A importância das colónias, nomeadamente, do Brasil, da Índia e de África, por esta ordem. Foi compreendida a importância primordial do Brasil para Portugal, “*não pelo que he actualmente, mas pelo que pode ser tirado da sua extensão, situação e fertilidade*”¹⁷², até para compensar a nossa vulnerabilidade relativa a Espanha, “*mais poderosa na sua estrutura continental*”¹⁷³. No entanto, este reconhecimento não foi operacionalizado durante o período histórico em questão, noutras vertentes que não a económica e, modestamente ou de forma muito limitada, no campo militar.
- (e) Constate-se a não aplicação planeada de alguns dividendos obtidos com o que estamos a apelar de estratégia económica, nos recursos militares e a tomada de medidas de emergência, estas de foro interno, quando se tornou ou tornava absolutamente necessário.
- (f) Crescimento das receitas públicas, criando uma das condições fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar. A este crescimento não terá sido alheia, também, a neutralidade na guerra da independência dos EUA.
- (g) De uma forma geral, foi um período de prosperidade económica, com destaque para o reinado de D. Maria I, ligado ao progresso e desenvolvimento do comércio e da indústria; realça-se a situação favorável no que à conjuntura internacional respeita, designadamente, com os portugueses a tirarem partido da instabilidade decorrente da Independência dos EUA e da Revolução Francesa.

d. Estratégia psicológica

- (1) Relativamente à campanha do Rossilhão, releva-se a deficiente preparação psicológica dos portugueses, decorrente da incompreensão do povo no

¹⁷² D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares citado por Veríssimo Serrão, História de Portugal, pág. 393; por sua vez, este último também referenciado por Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 27.

¹⁷³ Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 27.

que respeita à (s) razão (ões) do nosso empenhamento em combate: “...o efeito produzido nas fileiras pela organização de um corpo expedicionário havia sido por um lado nos militares briosos o pedirem com instância que os admitissem á hora de arriscarem suas vidas na guerra, de que havia largos annos viviam inexperientes e deslembados e por outra parte provocar a uma numerosa deserção os soldados mais impacientes do jugo militar, e mal dispostos a affrontar longa de patria uma campanha e por uma causa, que na commum opinião não alcançara fóros de popular...”¹⁷⁴.

(2) Inexistência ou não aplicabilidade, por altura dos preparativos para resistir à 1.ª invasão francesa (consultar subparágrafo e. (32)); o partido francês dificultava as eventuais intenções e resistência, potenciando até, o clima de terror que entretanto se vivia na corte.

(3) Síntese conclusiva

(a) Verifica-se, pelo menos, que não houve preocupação de direccionar ou de preparar a opinião popular, quando foi necessário o emprego das forças militares.

e. *Estratégia militar*¹⁷⁵ – *principais acções/acontecimentos*

(1) Abertura das prisões, proporcionando a liberdade a criminosos civis e militares, com consequências nefastas de âmbito disciplinar, quer no Exército, quer na Marinha.

(2) Ayres de Sá e Melo, ministro da guerra (1777), emanou directivas no sentido dos responsáveis militares dedicarem mais tempo a rezar o terço.

(3) A duração do serviço militar foi fixada em dez anos. Mais tarde, em 1791, redução de quatro anos do tempo de serviço militar para os cidadãos que fossem voluntários para o cumprir (de dez para seis anos)¹⁷⁶.

(4) O recrutamento (*a grande massa de soldados que constituíam a tropa de primeira linha eram recrutados durante as levadas*) e o exagerado

¹⁷⁴ João Vieira Borges, pág. 182, citando José Maria Latino Coelho, História Militar e Política de Portugal, vol. III, pág. 85.

¹⁷⁵ “*Ciência e arte de desenvolver e utilizar as Forças Armadas com vista à consecução dos objectivos fixados pela Política.*”, Cabral Couto, Elementos de Estratégia, vol. I, pág. 229.

¹⁷⁶ Alvará de 14 de Janeiro de 1791; Vieira Borges, As intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 180.

*tempo de serviço obrigatório, contribuía também para o baixo nível da tropa e para a indisciplina*¹⁷⁷; durante o reinado de D. Maria (1777-final de 1791), o conjunto de cidadãos dispensados de “servir nas tropas pagas”, tomou a designação de milícias.

- (5) Criação da Academia Real da Marinha (AGO1779), da Companhia de Guardas Marinhas (1782), da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho¹⁷⁸, instalada no Colégio dos Nobres (02JAN1790)¹⁷⁹, materializando o início da exigência de habilitações e de um currículo próprio para se ser oficial. O número de comandantes existentes, por pertencerem à nobreza, vai diminuir, contrapondo-se o aumento do quantitativo de militares profissionais (os “...técnicos ou funcionários da ciência-arte militar...”¹⁸⁰). A alteração referida traz como consequência última, o afastamento dos comandantes militares da direcção política e da luta pelo Poder¹⁸¹, tornando-se deste modo “instrumentos de quem detém o poder político...”¹⁸²
- (6) A partir do ano de 1779, começou a enfatizar-se a nomeação e a transferência de oficiais.
- (7) É também a partir de 1779, que os vencimentos (soldos) começam a ser pagos com regularidade; mais tarde, materializam-se incentivos para os oficiais, quer no âmbito material propriamente dito, assim como do ponto de vista da carreira e do status quo: aumento do vencimento e implementação de vantagens na reforma (Alvará de 16 de Dezembro de 1790) e o reconhecimento aos militares que atingissem o topo da hierarquia, ou seja, os marechais de campo e os tenentes generais eram “feitos” fidalgos da casa real (Decreto de 13 de Maio de 1789)¹⁸³;
- (8) Recuperam-se e restauram-se castelos e fortalezas marítimas. Estas acções materializaram-se a partir do ano de 1779. Releva-se o impulso importante dado pelo príncipe regente D. João, após a morte de Luís XVI em França (1793), no quadro dos preparativos portugueses para os conflitos que se anteviam.

¹⁷⁷ Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 29.

¹⁷⁸ D. Maria I, em Carta de Lei datada de 2 de Janeiro de 1790, Ana Isabel Seixas, Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, III colóquio e dia da história militar – actas, pág. 65.

¹⁷⁹ Origem da actual Academia Militar.

¹⁸⁰ Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 46.

¹⁸¹ Sem prejuízo da ocorrência de “...situações intermédias durante as quais surgem militares a quem são imputados projectos políticos autónomos...”, Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 46.

¹⁸² Idem, *Ibidem*, pág. 46.

¹⁸³ Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 181.

- (9) “*Elevação das Ordens Militares, em especial a de Aviz (Lei de 19 de Junho de 1789)*”¹⁸⁴.
- (10) Materialização de acções de instrução e designadamente no que à componente do treino respeita: “...em Abril de 1790, na Tapada da Ajuda, uma brigada de infantaria com algumas bocas de fogo dos regimentos de artilharia da Corte e de Estremoz, sob o comando do Tenente-Coronel Valeré (francês). Em Setembro, realizam-se novas manobras na Porcalhota, já com duas brigadas de infantaria, uma brigada de cavalaria e alguma artilharia, composta de 6 canhões de calibre 6,2 obuses, 1 morteiro, além de peças de campanha pertencentes aos regimentos de infantaria, sob o comando do marechal-de-campo, Conde de Oeynhausen”¹⁸⁵.
- (11) Com a principal finalidade de garantir a segurança do Rei, foi criada a Guarda de Corpo.
- (12) Reorganização da Marinha de Guerra portuguesa¹⁸⁶.
- (13) A artilharia foi reorganizada; na sua orgânica, um regimento passou a ser constituído por 10 companhias, 3 graduadas e as outras de artilheiros¹⁸⁷. Simultaneamente, era criado um regimento de artilharia da Marinha, para guarnição das naus e outras embarcações de guerra¹⁸⁸.
- (14) Envio da “Esquadra do Canal” para Portsmouth para cooperar com a esquadra inglesa, composta por seis naus, duas fragatas e dois bergantins, em Junho de 1793¹⁸⁹.
- (15) Envio de uma divisão naval integrando uma nau, quatro fragatas, um cutter e um bergantim para se juntar à esquadra inglesa que cruzava o

¹⁸⁴ João Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*, pág. 181.

¹⁸⁵ Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII*, pág. 181.

¹⁸⁶ Decretos de Setembro de 1791; Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII*, pág. 181.

¹⁸⁷ “*Já se encontravam ao serviço desde D. José, os obuses de campanha, primeiro material de campanha que possibilitava a utilização da granada explosiva com espoleta. As unidades de campanha eram pois mistas, com peças de 3, 6 ou 9 libras e obuses de 5,5 ou 6 polegadas.*”, Vieira Borges, citando Varela Rubim, *Artilharia Histórica Portuguesa*, pág. 31.

¹⁸⁸ Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, pág. 312.

¹⁸⁹ “...ao abrigo dos Acordos com a Inglaterra, envia para Porthsmouth uma frota denominada Esquadra do Canal que ficou à disposição da Inglaterra para ser utilizada contra a França. Esta esquadra era constituída por 7 navios e comandada pelo Tenente-General Sanches de Brito.”, Rodrigues Pereira, *A marinha portuguesa nos conflitos europeus dos séculos XVII a XX*, III colóquio e dia da história militar – actas, pp. 77-78.

mar Mediterrâneo. Esta acção teve lugar após a assinatura do tratado de Mútuo Auxílio e Recíproca Protecção com a Inglaterra, reagindo também aos ataques franceses contra os navios portugueses, como resultado da celebração do referido acordo. Assim, Portugal procurava colaborar, da maneira possível, mas de forma activa e visível, na defesa da sua própria armada e do Brasil¹⁹⁰.

- (16) Empenhamento português na Campanha do Rossilhão (1793-1795), com o Exército Auxiliar à Coroa de Espanha, integrando uma divisão¹⁹¹, a “6 regimentos de infantaria, uma brigada de artilharia a 22 bocas de fogo, um Estado-Maior, oficiais engenheiros, secretariado, hospital e farmácia, víveres e carruagens, num efectivo total de 5402 homens¹⁹², comandado por João Forbes Skellater¹⁹³, Tenente-General¹⁹⁴. Os Pirenéus Orientais¹⁹⁵ são o teatro de operações. Anteriormente ao nosso empenhamento e num quadro de preparação de forças, realizaram-se exercícios (manobras) na Charneca de Sintra, durante os meses de Junho e Julho do ano de 1793¹⁹⁶. De qualquer modo refira-se, que por altura dos tratados assinados, quer com a Espanha (Convenção Provisional entre suas Majestades

¹⁹⁰ Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 176.

¹⁹¹ “*Incorporada uma valiente división portuguesa, pasa Ricardos a la ofensiva, arrojando a los franceses*”; Aureliano Alvarez-Coque, et. Al., História Militar, pág. 153 e citado por Vieira Borges, op. cit., pág. 171.

¹⁹² De acordo com o coronel médico Dr. Manuel Gião, referenciado por Vieira Borges na página 185 da sua obra, o efectivo máximo seria “*de 5052 homens*”, “*compreendendo, além da infantaria e artilharia, o estado-maior, oficiais engenheiros, as repartições civis (secretariado, hospital e botica, repartições e viveres e carruagens, etc.) e os criados*”, Ferreira Martins, História do Exército Português, pág. 197 e também referenciado por Vieira Borges na pág. 185.

¹⁹³ Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 30 e Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 182.

¹⁹⁴ O Tenente-General Skellater era um militar escocês, que desde 1762 servia em Portugal. Como marechais de campo, Skellater levava D. António Soares de Noronha e D. Francisco Xavier de Noronha e posteriormente, D. João Correia de Sá., Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 182.

¹⁹⁵ Esta região, sob o domínio francês, já tinha pertencido a Espanha, tendo sido cedida a França (Luís XIV), após o Tratado dos Pirenéus em 1659, Idem, *Ibidem*, pág. 184.

¹⁹⁶ *Relativamente a forças estiveram presentes nestes exercícios “...6 regimentos de infantaria, 2 regimentos de cavalaria, além de bocas de fogo, tudo sob o comando do Tenente-General Marquês de Minas.”*, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 182, “*...que viria a ser substituído no comando por Forbes Skellater, então General de Cavalaria no referido exercício*”, Idem, *Ibidem*, nota n.º 271.

Cathólica e Fidelíssima em 15 de Julho de 1793), quer com a Inglaterra (Tratado de Mútuo Auxílio e Recíproca Protecção – 26 de Setembro de 1793), o Exército não se encontrava em condições de responder a qualquer solicitação que implicasse o envolvimento de forças de escalão superior a uma brigada¹⁹⁷.

O referido empenhamento surgiu em resposta positiva ao pedido espanhol de auxílio militar, através do seu embaixador em Portugal, o Marquês de Oyra. Neste pedido destaque-se pelas consequências negativas que teve para as nossas forças, a obrigatoriedade das mesmas ficarem sob comando espanhol¹⁹⁸.

O embarque dos militares portugueses deu-se a 19 de Setembro de 1793¹⁹⁹ e a chegada a 09 de Novembro do mesmo ano, ao porto das Rosas na Catalunha²⁰⁰; o General Skellater desembarcaria no dia 11 de Novembro.

O exército português não se encontrava nas melhores condições visto que, por um lado, desde há muito que não se faziam exercícios, por outro, a qualidade dos homens e das armas não satisfaziam as necessidades²⁰¹. É a 1.^a expedição terrestre na Europa, tendo resultado num desastre para as forças militares envolvidas e para Portugal.

¹⁹⁷ Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 181.

¹⁹⁸ O pedido espanhol de auxílio militar incluía o destino que as tropas portuguesas deveriam ter, assim como o teatro de operações onde iriam combater. A respeito pedia “o governo portuguez, que, não obstante deverem as respectivas tropas ficar á inteira disposição de sua magestade catholica, operassem conjunctamente com o exercito hespanhol da catalunha, porque a não ser assim, tornava-se muito sensível a tão briosos soldados e aos seus officiaes deixarem de ser empregados na campanha do roussillon.”, Simão José da Luz Soriano, História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, Tomo II, pág. 510.

¹⁹⁹ Frota constituída por cinco navios de guerra e nove navios mercantes, e comandada pelo chefe de divisão Pedro Mariz de Sousa Sarmento, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág. 182 e 183.; “...uma esquadra portuguesa de 4 navios, sob o comando do Chefe de Divisão Pedro Mariz de Sousa Sarmento escoltou para a Catalunha os catorze transportes em que seguia a Divisão do Exército Português enviada para a Campanha do Rossilhão.”, Rodrigues Pereira, A marinha portuguesa nos conflitos europeus dos séculos XVII a XX, III colóquio e dia da história militar – actas, pág. 78.

²⁰⁰ “...onde desembarcaria em mísero estado, depois de uma viagem atribulada.”, Idem, Ibidem, pág. 183; releve-se uma febre apanhada na viagem e que fez, logo à partida, 250 militares doentes.

²⁰¹ A situação dos militares portugueses já tinha sido objecto de comentário, por um oficial inglês de nome Dalrymple que escrevia: “os fatos estão esburacados, as armas enferrujadas, o equipamento sujo e estragado”, Fernando Pereira Marques, O Exército e a Sociedade em Portugal, pág. 28.

Apesar de tudo, não pode deixar de ser destacado o desempenho das forças portuguesas em variadas e diversas acções de combate, embora não reconhecido, por vezes, pelos espanhóis.

As forças portuguesas desagregam-se quase totalmente, devido ao mau Comando espanhol²⁰² e à incapacidade de sustentação, materializada na inexistência da função logística reabastecimento e à impossibilidade de recompletamento, a partir de Portugal²⁰³. De facto e meramente a título de exemplo sobre as dificuldades sentidas no teatro de operações citamos Vieira Borges, na sua página 189: “*A desorganização administrativa, especialmente do lado espanhol, implicava que grande parte dos militares não tivessem uma só camisa para mudar ou mesmo sapatos e meias*” e continua “*Os problemas logísticos acentuavam-se e o soldo e reforços não eram satisfeitos conforme previsto, não havendo apoio do governo espanhol às solicitações feitas de Lisboa.*”

A Espanha assina a paz com a França, sem o nosso conhecimento²⁰⁴, obrigando o comandante das forças luso-espanholas na altura, o General Urrutia, a cessar as hostilidades no dia 30 de Junho de 1795.

As tropas portuguesas embarcam para Lisboa no dia 28 de Outubro de 1795, tendo perdido cerca de 2000 homens; chegaram nos dias 10 e 11 de Dezembro de 1795; releve-se que a Espanha exigiu a Portugal o pagamento relativo ao frete do transporte marítimo das tropas portuguesas²⁰⁵.

Importante mencionar que, através do plenipotenciário na Corte de Turim, Rodrigo Sousa Coutinho, chegaram à Corte portuguesa informações

²⁰² “*O comando superior do Exército não tinha plano estratégico. Tudo se fazia sem método e sem coordenação, por impressões de momento, e até sem antecipada indicação de ordens a cumprir. Nunca vi em minha vida – dizia Forbes – guerra com mais falta de método.*”, Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. IV, pág. 459, também citado por Vieira Borges, pág. 189.

²⁰³ Loureiro dos Santos, *Como defender Portugal*, pág. 30.

²⁰⁴ Basileia a 22 de Junho de 1795; todas as conquistas efectuadas pelos franceses em terras espanholas eram devolvidas ao rei espanhol Carlos IV, tais como Rosas, Figueras e S. Fernando. Por outro lado, Espanha cedia a França a parte espanhola da ilha de S. Domingos nas Antilhas. O referido acordo previa ainda a troca de prisioneiros, incluindo os portugueses, assim como o restabelecimento das relações de paz com a República das Províncias Unidas dos Países Baixos, aliada de França; ainda de acordo com o mesmo documento, França aceitava o rei espanhol como mediador para o estabelecimento da paz com Portugal; Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII*, pág. 197.

²⁰⁵ Idem, *Ibidem*, pág. 197.

sobre um eventual acordo secreto entre a França e a Espanha, ou seja, não constava nas cláusulas do tratado de Basileia, prevendo a conquista e ocupação de Portugal, que funcionaria como uma indemnização pelos territórios cedidos à França além dos Pirenéus²⁰⁶.

- (17) Instituição do Conselho do Almirantado, no ano de 1795²⁰⁷.
- (18) Consequência do Rossilhão, D. João VI declara guerra a França; assim ordena preparativos militares²⁰⁸, incluindo a consolidação da defesa terrestre e marítima com receio das acções francesas²⁰⁹; neste contexto, foram tomadas medidas no sentido do fortalecimento dos dispositivos militares, destacando-se as fortalezas do Algarve e do Minho²¹⁰.
- (19) Criação dum regimento de artilharia de Marinha. Por outro lado, os estaleiros do Arsenal de Lisboa, sob o impulso do ministro Martinho de Mello, continuaram a construir navios de guerra e no ano de 1796, Portugal contava já com “12 naus de guerra, 2 corvetas, 12 bergantins e 6 charruas, num total de 45 navios de alto bordo e 26 pequenas embarcações”²¹¹ ²¹².
- (20) Desnacionalização do Exército.
- (21) No ano de 1796 deu-se uma “*Reorganização do Exército. Foram criados Regimentos de Milícia em substituição dos Terços Auxiliares e uma Legião Ligeira com tropas de infantaria, cavalaria e artilharia, sob o comando do Marquês de Alorna*”²¹³; início da elaboração de uma carta topográfica

²⁰⁶ Idem, *Ibidem*, pág. 197.

²⁰⁷ Pedro Cardoso, *Cronologia Geral*, pág. 298.

²⁰⁸ No ano de 1792, foi criada uma junta com o objectivo de reorganizar o Exército; esta junta era dirigida pelo Duque de Lafões que dez anos antes (Decreto de 05 de Dezembro de 1782) tinha sido nomeado “*General e Cmdt das armas da Corte*”, Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 29.

²⁰⁹ Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 14.

²¹⁰ Idem, *Ibidem*, pág. 32.

²¹¹ Idem, *Ibidem*, pág. 181.

²¹² “*Nos finais do século, a intervenção dos ministros Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho iniciou o ressurgimento da nossa Marinha Militar. Num período de 7 anos construíram-se 18 navios de linha, repararam-se e modernizaram-se os existentes e executaram-se profundas reformas administrativas. A Marinha atinge um efectivo de 37 navios de linha além de outros de menor porte, com um efectivo de 560 oficiais e 12000 marinheiros.*”, Rodrigues Pereira, *A marinha portuguesa nos conflitos europeus dos séculos XVII a XX*, III colóquio e dia da história militar – actas, pág. 77.

²¹³ Pedro Cardoso, *Cronologia Geral*, pág. 299; “*O Plano de Defesa do Reino recomendava a ocupação de posições à rectaguarda das fronteiras com exércitos de observação: em Abrantes, para cobrir Lisboa e se necessário acorrer ao Alentejo; Viseu; e Braga.*”, Idem, *Ibidem*, pág. 299.

- da fronteira, até aí inexistente, desde Guadiana a Penamacor²¹⁴.
- (22) No ano de 1797, dá-se a batalha naval do Cabo de S. Vicente, com a participação da fragata portuguesa *Tritão*. Nesta batalha opuseram-se ingleses e espanhóis, estando nós ao lado dos ingleses²¹⁵, materializando a nossa opção (de facto, também não nos restava outra).
- (23) Em Junho de 1798, o Marquês de Niza ao comando de uma esquadra composta por seis navios recebe ordem para bloquear a ilha de Malta, ocupada pelos franceses, o que executa com sucesso²¹⁶. Efectuou de seguida várias operações, em cooperação com a esquadra inglesa do Vice-almirante Nelson, terminando a sua saga com a chegada a Portugal no ano de 1800. A reacção francesa a esta colaboração luso-britânica pode sintetizar-se pela afirmação de Bonaparte, escrita em Ordem do Exército do Egipto, em 1798, após a derrota naval de Aboukir: “*Tempo virá em que a Nação Portuguesa pagará com lágrimas de sangue o ultraje que está fazendo à República Francesa*”²¹⁷.
- (24) Guerra das Laranjas, em que mais uma vez a importância dos portos portugueses assumiu-se como razão directa para a invasão do nosso território^{218 219}. Os preliminares da Paz foram assinados em Badajoz, efectivando-se a perda de Olivença e contemplando o pagamento de uma indemnização à França.

²¹⁴ Quer relativamente ao plano mencionado na nota de rodapé anterior, quer no que respeita à carta topográfica, comenta Pedro Vicente: “...mas nada se concluiu. Ao primeiro anúncio de que a paz parecia consolidar-se logo todos os trabalhos terminavam, na esperança dum desanuviamento impossível.”, Pedro Vicente, Alorna e Gomes Freire – propostas para uma reorganização militar no início do século XIX, VI colóquio «Portugal na história militar» - actas, pág. 53.

²¹⁵ Rodrigues Pereira, A marinha portuguesa nos conflitos europeus dos séculos XVII a XX, III colóquio e dia da história militar – actas, pág. 78; “...a fragata portuguesa *Tritão* prestou apoio àqueles, assinalando-lhe a presença e composição da frota espanhola e salvando o navio de Lord Nelson que ficara danificado no combate e ameaçava perder-se.”, Idem, *Ibidem*, pág. 78.

²¹⁶ “*Em AGO1797, o Secretário de Estado, D. Rodrigo Coutinho, mandou aparelhar uma esquadra de seis navios, sob o comando do Marquês de Niza, para se reunir no Mediterrâneo à esquadra inglesa do Vice Almirante Nelson.*”, Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 32.

²¹⁷ AAVV, A monarquia portuguesa, pág.152.

²¹⁸ Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 26.

²¹⁹ “*Durante a chamada Guerra das Laranjas a Inglaterra manda ocupar por forças suas os nossos territórios da Madeira, do Estado da Índia e de Macau onde o nosso Poder Naval era nulo. Apesar disto, a Fragata Princesa Carlota colabora com a esquadra inglesa de Saumarez num combate contra uma frota franco-espanhola a largo de Cádiz em 13 de Julho de 1801.*”, Rodrigues Pereira, A marinha portuguesa nos conflitos europeus dos séculos XVII a XX, III colóquio e dia da história militar – actas, pp. 78-79.

- (25) Os problemas no Exército português agravavam-se após as “Laranjas”. Soldos baixos, inexistência e/ou obsolescência de recursos materiais (armamento), indisciplina, falta de instrução, com as óbvias consequências operacionais e a falta de verdadeiros comandantes, eram uma realidade. Por outro lado, a “minagem” política no seu seio também era um facto. Um Exército assim, não estava em condições de exercer coacção militar, quando fosse preciso e neste caso, o “preciso” estava breve²²⁰.
- (26) Dezembro de 1801 – criação de um conselho^{221 222} que tinha como missão reorganizar o Exército e que esteve em funções até Maio de 1806²²³. O resultado do trabalho, para além de outras iniciativas pontuais (ex: o secretário dos negócios da guerra Mello e Castro, ordenou a impressão de três folhetos para divulgação e apreciação por parte de mais oficiais, contendo regulamentação provisória, como a «A organização provisional do Exército» ou a «Instrução provisional para o comando das divisões do Exército»²²⁴), expressou-se em três grandes linhas:
- (a) O exército foi organizado em três divisões, integrando várias brigadas e regimentos; as Divisões do Norte e do Centro, a 4 brigadas de infantaria, 4 regimentos de cavalaria e um regimento de artilharia; a Divisão do Sul, a 4 brigadas de infantaria, 4 regimentos de cavalaria

²²⁰ “O príncipe regente D. João, único que compreendia o interesse nacional, nada podia fazer, sem apoio, sem ministros, sem oficiais e sem soldados. E, por isso, a sua política de transigências, baixezas e habilidades, foi nesses tristes tempos a única maneira de salvar a Nação.”, Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pp. 33-34.

²²¹ De nove membros, incluindo grande número de estrangeiros que serviam em Portugal., Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 34.

²²² “No final de 1801 foi nomeado um novo conselho militar composto de nove vogais – a maioria estrangeiros ao serviço de Portugal – com a ordem de examinar a deliberar sobre todas as matérias respeitantes à constituição e disciplina do exército.”, Pedro Vicente, *Alorna e Gomes Freire – propostas para uma reorganização militar no início do século XIX*, VI colóquio «Portugal na história militar» - actas, pág. 59.

²²³ O conde Goltz, substituto de Lafões após a Guerra das Laranjas, abandona o país, “depois de ter censurado a inobservância dos regulamentos militares, os vícios introduzidos na disciplina do exército, as negligências e os esquecimentos no cumprimento dos deveres militares. Ainda no desempenho das suas funções propôs o restabelecimento dos regulamentos de Lippe que há muito estavam esquecidos ou, pelo menos, não executados.”, Idem, *Ibidem*, pág. 60.

²²⁴ Idem, *Ibidem*, pág. 60.

- e 2 regimentos de artilharia. A acrescer a este dispositivo, existiam 43 regimentos de milícias²²⁵, criados em Agosto de 1796²²⁶.
- (b) Os regimentos passaram a ser numerados e não designados por nomes de comandantes, ex-comandantes ou mesmo localidades.
- (c) O exército vestiu-se de novo (novos uniformes).
- (27) 1801-1807 –A assistência militar inglesa tornou-se indispensável. Destaque-se, por exemplo, a presença de esquadras inglesas nas nossas costas e “...é mesmo a partir da esquadra inglesa que partem as influências susceptíveis de gerar tentativas de revolta, como aconteceu, com a tentativa de golpe contra a política pró-francesa influenciada por Lannes (1803)”²²⁷.
- (28) Criação de um Colégio Militar para os filhos de oficiais, no ano de 1803²²⁸.
- (29) No ano de 1804, deu-se a ocupação das ilhas pelos ingleses, demonstrando a sua importância para a potência marítima, exemplo prático da relevância do sub-factor localização (factor físico²²⁹).
- (30) No mês de Novembro de 1807, dá-se início à primeira invasão francesa, em que se releva, novamente, a importância dos nossos portos como origem directa para a invasão²³⁰. Face à nossa posição relativamente ao Bloqueio Continental (Dezembro de 1806) decretado pela potência continental (França) ainda antes da assinatura do tratado de Fontainebleau com a Espanha (Outubro de 1807) e na moldura de uma acção combinada com um Corpo de Exército e duas Divisões espanholas, já o General Junot, no comando de 26000 homens, tinha entrado por Espanha adentro, pelo eixo de Burgos, Valladolid, Salamanca, Ciudad Rodrigo²³¹, avançando para Lisboa. O Corpo de Exército espanhol, sob o comando do General

²²⁵ Os antigos terços auxiliares.

²²⁶ “Na marinha real a situação era melhor, pois dispunha de 11 naus de linha, 9 fragatas de guerra e 3 brigues.”, Vieira Borges, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807, pág. 34.

²²⁷ Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 26.

²²⁸ Oliveira Marques, História Militar, vol. II pág. 340.

²²⁹ Factor geopolítico/geoestratégico.

²³⁰ Loureiro dos Santos, Como defender Portugal, pág. 26.

²³¹ Eixo de normal utilização para forças provenientes da área de Castilla-La-Vieja, que em si se constitui como uma zona de passagem natural entre Portugal e a Europa Central; aborda o território continental em Vilar Formoso.

Solano progredia segundo o eixo Elvas, Évora e Setúbal, para ocupar o Alentejo e o Algarve e as duas Divisões avançavam sobre o Porto.

- (31) Reorganizou-se as ordenanças e milícias, por alvará de 21 de Outubro de 1807, que atingiram o efectivo total de 53000 homens. O exército de linha teria um efectivo entre os 10 a 12000 homens.
- (32) Recrutamento de 14000 homens em Lisboa; preparação de zonas de reunião em Alcácer, Mafra, Soure e Barcelos; a nossa esquadra que navegava no Mediterrâneo foi mandada regressar. Apesar destas acções, “havia a consciência colectiva de que não se podia resistir”²³².
- (33) Utilização de meios militares para efectuar a transferência da Corte e do governo para o Brasil (“8 naus, 4 fragatas, 3 brigues e 1 escuna sob o comando do Vice-Almirante Manuel da Cunha Sotomaior”²³³); estávamos na manhã do dia 28 de Novembro de 1807, com os franceses já em Santarém e após terem utilizado o eixo Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Abrantes e Tomar; nomeação de um Conselho de Regência.
- (34) Desfecho final no nosso território: Junot em Lisboa, onde entrou sem qualquer resistência e os espanhóis no Porto e em Évora.
- (35) *Síntese conclusiva*
Assim, podemos dizer:
 - (a) Apesar das diferentes medidas tomadas, Portugal ainda não estava preparado para a aplicação da coacção militar.
 - (b) A decisão da utilização da estratégia militar foi lógica e coerente na campanha do Rossilhão, dada a nossa localização geográfica e as nossas fronteiras marítima e terrestre (Inglaterra e Espanha), materializando também e com sangue, o nosso apoio a ambos. De facto, com o Rossilhão estávamos a passar a fronteira entre a potência marítima e a potência continental para os Pirenéus, procurando salvaguardar, no fundo, a nossa independência e integridade territorial. No entanto, no quadro da aplicação da estratégia militar, o resultado não foi satisfatório. Por outro lado, com as evoluções registadas no âmbito diplomático, pela Espanha, alterou-se a conjuntura, pelo que a nossa situação agravou-se drasticamente.

²³² Vieira Borges, *Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 e 1807*, pág. 35.

²³³ Idem, *Ibidem*, pág. 35.

- (c) A utilização das Forças Armadas nos restantes conflitos mencionados foi reactiva, dado o isolamento em que caímos e as ameaças concretizadas do ponto de vista militar, do poder continental, por si, através da Espanha e com os objectivos de manutenção da independência e da garantia da integridade territorial comprometidos.
- (d) A reorganização da marinha de guerra portuguesa e a continuação do programa de construção naval, permitiu a nossa presença nos mares, embora modesta, ao lado da “protectora” Inglaterra, garantindo visibilidade e demonstrando que não deixávamos a protecção das nossas próprias embarcações e das rotas comerciais, em especial a do Brasil, inteiramente a cargo da potência marítima, para além de honrarmos acordos estabelecidos²³⁴.

4. Conclusões

- a. O período histórico em questão caracterizou-se pela existência de dois actores globais: A França e a Inglaterra. Os outros países, de uma forma geral, assumiam-se como actores de nível regional e nos quais, Portugal se incluía. Não podemos deixar de relevar, até porque esta reflexão integrou-se num curso conducente ao mestrado em Estratégia, que à altura, *“a visão da Estratégia estava relacionada exclusivamente com a coisa militar”, isto é, com a guerra*²³⁵. É importante esta tomada de consciência por duas razões: a tentativa de enquadrarmos os diferentes acontecimentos nas estratégias gerais, materializa a visão actual, mais integral ou abrangente, não significando atitudes tomadas, nos vários campos, intencionalmente, na procura da convergência no final, o que torna este exercício mais difícil e mais sujeito ao erro; a segunda razão prende-se com a identificação dos actores específicos, globais ou regionais, que intervieram nos teatros, em que tivemos operações militares. Assim quanto a estes, identificamos: a Inglaterra, a França, a Espanha e, necessariamente, Portugal.
- b. Tendo em atenção o consagrado no subparágrafo anterior, teremos que concluir

²³⁴ Tratado de Mútuo Auxílio e Recíproca Protecção.

²³⁵ Vieira Borges, *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*, pág. 20.

que não havia um Conceito Estratégico Nacional definido, nem a metodologia conducente à sua definição, nem qualquer planeamento estratégico²³⁶. De facto, era o “instinto de sobrevivência” que nos fazia agir, para atingir um objectivo²³⁷.

c. Pela análise realizada, podemos dizer que os objectivos políticos (objectivos políticos longínquos, que devido ao facto de suscitarem hostilidade ou frustrarem vontades de outrem, podem ser considerados como objectivos estratégicos básicos), a atingir foram: garantir a independência Nacional, manter a integridade territorial, garantir a segurança das populações e assegurar a liberdade de acção da monarquia; considerando os objectivos, a manobra estratégica ao nível da estratégia total, do nosso ponto de vista, caracterizou-se pelo quadro de actuação que se expõe:

- (1) Adopção de uma posição de neutralidade nos conflitos de cariz global, sem comprometer as relações com a Inglaterra e sustentada por um crescente desenvolvimento económico.
- (2) Recurso à aliança com a Inglaterra no caso de ameaça à nossa integridade territorial, assim como às nossas rotas de exploração económica, mantendo no entanto, visibilidade e participação activa.
- (3) Fortalecimento da coesão interna.
- (4) Diminuição da nossa vulnerabilidade continental, através da tomada de acções no sentido da aproximação com Espanha.
- (5) Diversificação das relações económicas, procurando tirar dividendos de outras zonas de exploração comercial e diminuindo a nossa dependência dos actores globais; o Brasil como zona de exploração económica prioritária.
- (6) Desenvolvimento científico e cultural em geral, procurando, também, a sua projecção.

d. *Estratégias gerais*

Os objectivos estratégicos básicos, por sua vez, terão que ser decompostos ao nível das estratégias gerais e particulares ou sectoriais em objectivos

²³⁶ Idem , Ibidem, pág. 50.

²³⁷ “...existia, no entanto, a sensibilidade política de sobrevivência, na prática a arte de desenvolver e utilizar as forças (materiais e morais) no sentido de atingir um objectivo, mesmo que com a oposição de outra unidade política.”, Vieira Borges, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII, pág.50.

estratégicos intermédios. Neste subparágrafo não se pretende reconhecê-los, mas sim “arrumar” acontecimentos concretos que nos levaram a concluir sobre os objectivos a atingir (estratégicos básicos) e sobre a manobra estratégica concebida ao nível da estratégia total, para os alcançar. Assim:

ESTRATÉGIA POLÍTICA INTERNA	
Estratégia genética	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lei de 1790 – unificação da administração da justiça. 2. Construção de vias de comunicação 3. Criação do primeiro serviço de diligências.
Estratégia estrutural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manutenção da divisão do reino em seis províncias e estas, por sua vez em comarcas, Criação das provedorias. 2. Criação da Guarda Real da Polícia. 3. Manutenção da Junta dos Três Estados. 4. Reforma no serviço postal.
Estratégia operacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Libertação de presos políticos e sua reabilitação. 2. Centralização do Poder. 3. Manutenção de forma “musculada” da ordem interna. 4. Retirada de privilégios à aristocracia. 5. Aproximação da pequena à alta burguesia; fosso com o clero e/ou nobreza. 6. Progresso e desenvolvimento na cultura e na ciência.
ESTRATÉGIA DIPLOMÁTICA	
Estratégia operacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acordo de S.º Ildefonso (01 de Outubro de 1777) e, dando-lhe sequência, o Tratado do Pardo (11 de Março de 1778). 2. Efectuaram-se dois casamentos: o infante espanhol D. Gabriel uniu-se com a infanta de Portugal D. Maria Vitória; e o infante português D. João com a infanta espanhola D. Carlota Joaquina. 3. No quadro da Guerra da Independência dos EUA, Portugal nunca cedeu aos franceses, relativamente às suas exigências de impedimento dos ingleses utilizarem os portos portugueses. Por outro lado, a Coroa Portuguesa distanciou-se da potência marítima, efectuando uma política neutral, no que ao conflito entre Londres e os seus colonos americanos diz respeito. 4. Intensificação das relações diplomáticas com a Alemanha, a Rússia (1784), a França e a Espanha, na busca de outros apoios que lhe permitissem suprir o enfraquecimento momentâneo inglês.

Estratégia operacional	<ol style="list-style-type: none"> 5. No contexto da Revolução Francesa a posição portuguesa foi de expectativa (1789-1792), evoluindo depois para a assinatura da Convenção Provisional com a Espanha (15 de Julho de 1793) e do Tratado de Mútuo Auxílio e Recíproca Protecção com a Inglaterra. 6. Proposta de aliança entre Portugal, Inglaterra e Espanha (tríplice aliança) contra a França. 7. Após a campanha do Rossilhão, intensificação da actividade diplomática junto da França (1795-1801) com receio das suas acções contra Portugal. De facto, Portugal pretendia negociar directamente com a França, alegando que nunca tinha declarado guerra contra esta. 8. 1797 – Tratado luso-francês; forte reacção dos ingleses; alteração de postura dos portugueses; tratado considerado nulo pelo governo francês. 9. Ausência de resposta a um ultimato francês, que nos obrigava definitivamente a optar entre a França e a Inglaterra, continuando antes o nosso esforço de negociação; como consequência, Guerra das Laranjas (invasão do nosso território por forças espanholas). 10. O príncipe regente cedeu, em parte, a Napoleão, no que respeita ao “Bloqueio Continental” (21 de Novembro de 1806) por este imposto, no sentido de enfraquecer a resistência inglesa. Assim, Portugal deixou de permitir aos ingleses a utilização do seus portos.
ESTRATÉGIA ECONÓMICA	
Estratégia genética	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução de novas culturas, com por exemplo, os olivais e a vinha.
ESTRATÉGIA ECONÓMICA	
Estratégia estrutural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Extinção das companhias brasileiras mais importantes, em quem Pombal tinha confiado o monopólio de tráfegos comerciais. 2. Abertura e melhoramento de vias de comunicação.
Estratégia operacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adopção de uma política de protecção aos produtos manufacturados exportados de Portugal, impedindo o surgimento, por exemplo de manufacturas brasileiras, cujos produtos pudessem competir com os primeiros, como por exemplo os têxteis, que continuavam a ser importados, sobretudo da Grã-Bretanha 2. Aplicação da ciência ao desenvolvimento económico 3. Política de “privatizações”. 4. Estabelecimento de relações comerciais com outras zonas. 5. Economia com base colonial. 6. Aquisição de material bélico, no quadro da Campanha do Rossilhão.

ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA	
Estratégia operacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Campanha do Rossilhão: deficiente preparação psicológica dos portugueses, decorrente da incompreensão do povo no que respeita à (s) razão (ões) do nosso empenhamento em combate. 2. Influência dos partidos franceses e ingleses no governo de Portugal. 3. O partido francês com acção potenciadora do clima de terror que se vivia na corte; inexistência de estratégia “contra”.
ESTRATÉGIA MILITAR	
Estratégia genética	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concepção de carta topográfica da fronteira (Do Guadiana a Penamacor).
Estratégica estrutural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação da Academia Real da Marinha (AGO1779), da Companhia de Guardas Marinhas (1782), da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho Militar, instalada no Colégio dos Nobres (02JAN1790). 2. A partir de 1779 recuperam-se e restauram-se castelos e fortalezas marítimas. 3. Criação da Guarda de Corpo. 4. Reorganização da Marinha de Guerra portuguesa. 5. Reorganização da artilharia; simultaneamente, era criado um regimento de artilharia da Marinha, para guarnição das naus e outras embarcações de guerra. 6. Consequência do Rossilhão, D. João VI declara guerra a França; ordena preparativos militares, incluindo a consolidação da defesa terrestre e marítima com receio das acções francesas; neste contexto, foram tomadas acções no sentido do fortalecimento dos dispositivos militares, destacando-se as fortalezas do Algarve e do Minho. 7. Dezembro de 1801 – criação de um conselho que tinha como missão reorganizar o Exército. e que esteve em funções até Maio de 1806. 8. Reorganização das ordenanças e das milícias (1807).
Estratégica operacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Embora a título de reacção a um cenário de emprego de forças, que se configurava com grandes probabilidades de acontecer e em dada altura (1790): acções de instrução, designadamente no que à componente do treino respeita. 2. Envio da “Esquadra do Canal” para Portsmouth. 3. Envio de uma divisão naval para se juntar à esquadra inglesa que cruzava o mar Mediterrâneo. Esta acção teve lugar após a assinatura do tratado de Mútuo Auxílio e Recíproca Protecção com a Inglaterra, reagindo também aos ataques franceses contra os navios portugueses. 4. Empenhamento português na Campanha do Rossilhão (1793-1795). 5. Acções da esquadra do Oceano, comandada pelo Marquês de Niza. Chega a Portugal no ano de 1800.

Estratégica operacional	6. Guerra das Laranjas. 7. Utilização de meios militares para efectuar a transferência da Corte e do governo para o Brasil.
--------------------------------	--

e. A manobra estratégica utilizada e sustentada pelas acções ao nível das estratégias gerais, não teve sucesso, “medindo-o” apenas no final do período histórico abordado. De facto, os objectivos que se procurariam atingir, na nossa óptica, ficaram comprometidos com o início da 1ª invasão francesa, com excepção daquele que respeita ao assegurar da liberdade de acção da monarquia.

Releve-se o papel preponderante da estratégia diplomática e a materialização da estratégia militar como um dos “parentes pobres” no quadro das estratégias gerais, com as consequências que pudemos, de forma sintética, explicitar. Parece-nos que os objectivos a atingir não eram ambiciosos, sendo até legítimos e quase que obrigatórios; no entanto as estratégias psicológica e militar utilizadas ou por utilizar, não convergiram para os objectivos, não aproveitando até o relativo desafio económico existente.

Uma última palavra para uma referência que nos parece importante fazer notar: no tempo histórico em questão não haveria certamente a expressão Conceito Estratégico Nacional, assim como toda a contextualização subjacente²³⁸.

²³⁸ Major de Infantaria João Luís Rodrigues Leal. Comunicação pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, A monarquia portuguesa – reis e rainhas na história de um povo, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, Abril de 1999.
- AAVV, Atlas da História do Mundo, edição portuguesa das Selecções do Reader's Digest, Lisboa, Agosto de 2001.
- AAVV, Enciclopédia da História Universal, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, Setembro de 1999.
- AAVV, Estratégia, Instituto de Relações Internacionais, Vol. II, ISCSP, Lisboa, 1991.
- AAVV, Direcção de José Mattoso, História de Portugal, Circulo de Leitores, 1993.
- AAVV, História Universal – acontecimentos e personalidades que moldaram o mundo, Selecções do Reader's Digest, Edição Portuguesa, Lisboa, Setembro de 1999.
- AAVV, Portugal e os Conflitos Internacionais: para uma história militar portuguesa, Lisboa, Diário de Notícias – Chiado Consultores de Informação Lda, 1995.
- ALMEIDA, Fortunato de, História de Portugal, vol. IV, Coimbra, 1929.
- BARRENTO, António E. Q. Martins, As Invasões Francesas: Portugal na Fronteira do Poder Terrestre e do Poder Marítimo, Revista Militar, Agosto 1989.
- BARRENTO, António Martins, Forças Multinacionais - a Campanha do Rossilhão, III colóquio e dia da história militar – actas, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1992.
- BORGES, João J. B. Vieira, Evolução do Conceito Estratégico Nacional entre 1777 (Viradeira) e 1807 (Invasões Francesas), ISCSP (trabalho no âmbito do mestrado em Estratégia sob orientação do General Loureiro dos Santos), Lisboa, 1995.
- BORGES, João J. B. Vieira, Intervenções militares portuguesas na Europa do séc. XVIII – uma análise estratégica, Atena, LDA e Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, Outubro de 2000.
- BOXER, C. R., O Império Marítimo Português 1415-1825, Edições 70, 1992.
- CARDOSO, Pedro, Cronologia Geral, Instituto de Relações Internacionais, Lisboa, 1995.
- COELHO, José Maria Latino, História Política e Militar de Portugal- desde os fins do século XVIII até 1814, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- COELHO, José Maria Latino, História Militar e Política de Portugal, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- CONNELL, Robert L. O', História da Guerra- Armas e Homens, Editorial Teorema, 1995.

- COUTO, Cabral, Elementos de Estratégia, IAEM, Lisboa, 1988.
- CURADO, Silvino da Cruz, O general Bohm no Brasil, VI colóquio «Portugal na história militar» - actas, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1995.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste, História da Europa, Publicações Dom Quixote, 1990.
- GERALDES, Azevedo, Origens e evolução do pensamento geopolítico, ME 71-00-00, IAEM, Lisboa, Junho de 1982.
- HART, B. H. Liddell, As grandes guerras da história, Ibrasa, São Paulo, 2ª edição, 1967.
- HESPAÑA, António Manuel, Portugal e a cultura política europeia no século XVIII, Janus 99/2000, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Setembro de 1999.
- HOWARD, Michael, A guerra na história da Europa, Publicações Europa-América, Lisboa, Agosto de 1997.
- JONES, Archer, The art of war in the western World, Barnes & Noble, Inc, New York, 1997.
- KENNEDY, Paul, Ascensão e Queda das Grandes Potências, Publicações Europa América, 1990.
- LOPES, José Alberto Azeredo, Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais, Gabinete de Estudos Internacionais, Porto, 1999.
- MACEDO, Jorge Borges de, História Diplomática Portuguesa- constantes e linhas de força, IDN, Edição Revista Nação e Defesa, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, História de Portugal, Palas Editores, Lisboa, 12ª Edição, Outubro 1985.
- MARQUES, Fernando Pereira, Exército e Sociedade em Portugal, A regra do jogo, Lisboa, 1981.
- MARTINEZ, Pedro Soares, História Diplomática Portuguesa, Editorial Verbo, 2ª Edição, Agosto 1992.
- MARTINS, Ferreira, História do Exército Português, Editorial Inquérito, Lisboa, 1945
- O'CONNEL, Robert L., História da Guerra – armas e homens, Teorema, Lisboa, 1989
- PERES, Damião, História de Portugal, Portucalense editora, Barcelos, 1934.
- PEREIRA, José Rodrigues, A marinha portuguesa nos conflitos europeus dos séculos XVII a XX, III colóquio e dia da história militar – actas, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1992.
- RAMOS, Luís de Oliveira, Portugal na Europa napoleónica, Janus 99/2000, Público e

Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Setembro de 1999.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, Apointamentos de História para Militares, IAEM, Lisboa, 1979.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, Como Defender Portugal, IAEM, Lisboa, 1991.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, Incursoes no domínio da Estratégia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983.

SEIXAS, Ana Isabel, A influência europeia na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho: os livros, III colóquio e dia da história militar – actas, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1992.

SELVAGEM, Carlos, Portugal Militar, Imprensa Nacional, Lisboa, 1931.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História de Portugal, Vol. VI- O despotismo iluminado (1750-1807), Editorial Verbo, 1982.

SORIANO, Simão José da Luz, História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, tomos I e II, Primeira Época, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866 e 1867.

VIANA, Vítor Daniel Rodrigues, A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo, Lisboa, IAEM, 1996.

VICENTE, António Pedro, Alorna e Gomes Freire – propostas para uma reorganização militar no início do século XIX, VI colóquio «Portugal na história militar» - actas, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1995.